

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Marcelo Martins Rodrigues

**Crise estrutural do capital e genocídio da população negra como política de
controle dos supérfluos**

Juiz de Fora
2025

Marcelo Martins Rodrigues

Crise estrutural do capital e genocídio da população negra como política de controle dos supérfluos

Trabalho de conclusão de curso apresentado à faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em serviço social

Orientadora: Prof. Dr. Elizete Maria Menegat

Juiz de Fora
2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rodrigues, Marcelo Martins.

Crise estrutural do capital e genocídio da população negra como política de controle dos supérfluos / Marcelo Martins Rodrigues. -- 2025.

69 f. : il.

Orientadora: Elizete Maria Menegat

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2025.

1. Crise estrutural. 2. Supérfluos. 3. Genocídio. 4. Violência. I. Menegat, Elizete Maria, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Formato da Defesa: (X) presencial () virtual () híbrido

Ata da sessão (X) pública () privada referente à defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Crise estrutural do capital e genocídio da população negra como política de controle dos supérfluos, para fins de obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, pelo(a) discente Marcelo Martins Rodrigues (matrícula 201919043), sob orientação da Prof.^(a) Dr.^(a) Elizete Maria Menegat, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aos 21 dias do mês de agosto do ano de 2025, às 9 horas, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu-se a Banca examinadora, composta pelos seguintes membros:

Titulação	Nome	Na qualidade de:
Dra	Elizete Maria Menegat	Orientadora
Dra	Monica Aparecida Grossi Rodrigues	Membro da banca
Dra	Michelle Neves Capuchinho	Membro da banca

*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Orientador (a)
- Coorientador
- Membro da banca

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

(X) APROVADO

() REPROVADO, conforme parecer circunstanciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

Nota: 100

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre o

Trabalho de Conclusão de Curso e sobre a defesa, as quais a banca julgue pertinentes

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

INFORMAÇÕES

Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado Aprovado, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de (colocar o nome do curso), deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.

Juiz de Fora, 21 de agosto de 2025.

Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Elizete Maria Menegat, Professor(a)**, em 21/08/2025, às 20:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Michelle Neves Capuchinho, Professor(a)**, em 22/08/2025, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monica Aparecida Grossi Rodrigues, Professor(a)**, em 22/08/2025, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Martins Rodrigues, Usuário Externo**, em 22/08/2025, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2551637** e o código CRC **E3BA774B**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Discente	Marcelo Martins Rodrigues
Matrícula Discente	201919043
Título do TCC	Crise estrutural do capital e genocídio da população negra como política de controle dos supérfluos
Natureza do trabalho	TCC
Curso	Serviço Social
Orientador(a)	Elizete Maria Menegat
Coorientador (se houver)	
Data da aprovação	21 de agosto de 2025
Nome, titulação e(s) componentes da banca	Dra. Monica Aparecida Grossi Rodrigues Dra. Michelle Neves Capuchinho

Aprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).

Juiz de Fora, 13 de agosto de 2025.

Assinatura digital do Orientador(a)



Documento assinado eletronicamente por **Elizete Maria Menegat, Professor(a)**, em 21/08/2025, às 21:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2551640** e o código CRC **C3BD97A3**.

AGRADECIMENTOS

O fim desse ciclo marca uma conquista importante na minha vida e na dos meus. Uma conquista que apesar de parecer individual tem todo um coletivo por trás, onde sem as pessoas aqui citadas talvez hoje eu não estaria aqui escrevendo esse agradecimento e concluindo esse ciclo.

Gostaria de agradecer ao meu pai Ademir e a minha mãe Tania que mesmo sem acessarem o ensino superior sempre me mostraram e orientaram a respeito da importância dos estudos. Ao meu irmão Matheus por todos apoios.

À minha avó Maria, ao meu tio Denilson, obrigado por estarem comigo em todos os momentos.

Aos amigos que encontrei durante a graduação, que entre conversas, risadas e afetos fizeram com que essa jornada fosse mais leve possível. Obrigado, Alysson, Denis, Dedé entre outros. Vocês foram essenciais nessa trajetória.

À Marcelle, minha amiga de turma que desde o início da graduação se tornou minha dupla de trabalhos e posteriormente de estágio. Obrigado por todos os conselhos, diálogos e ensinamentos. Sua amizade é um presente.

À minha namorada Emanuely obrigado por todo apoio e carinho durante a graduação, por estar sempre presente nos momentos ruins e comemorando comigo cada conquista desse processo.

À minha orientadora Dra^o Elizete, obrigado entrar nessa comigo, você foi parte fundamental nesse processo, cada orientação, debate, sugestão de leitura, contribuiu não somente para essa monografia, mas também para minha visão de mundo. Obrigado também por tornar esse processo o mais leve e tranquilo possível.

Aos meus ancestrais que mesmo distantes foram força em momento de fraqueza, luz no momento de escuridão o meu muito obrigado, esse trabalho também tem muito de vocês.

Ao corpo docente da faculdade de serviço social da universidade federal de Juiz de Fora, obrigado por todos os ensinamentos e trocas. Agradeço a UFJF pela oportunidade e pelo acesso ao ensino superior gratuito e de qualidade.

Aos meus amigos da vida Felipe e Lucas, obrigado por todo o apoio, é um privilégio ter vocês comigo.

Nós nascemos prontos pra provar que existimos
Não basta viver, tem que justificar a presença
Cada passo nosso carrega desconfiança, como se andar fosse uma ameaça

Crescemos entre velas e viatura, onde o silêncio também sangra
Somos o tipo suspeito que estampa a capa do jornal sem nem ter sido ouvido
Nos colocaram rótulos antes de nos darem nomes

Elemento, marginal, bandido em potencial
Mas ninguém fala da falta de escolha e do medo que também sentimos
Aos olhos do estado, a favela é uma zona de guerra

O cidadão virá suspeito
E o direito? Uh, o direito é um luxo distante
O olhar da autoridade julga primeiro, atira em segundo, porra!
E só pergunta se restar tempo

O corpo preto é evidência e o silêncio vira confissão
Nós sabemos o peso do olhar atravessado
O frio na espinha ao ver a viatura dobrando a esquina

Mas nós seguimos e se o único papel que nos deram foi o de vilão, é esse papel que
vamos assumir

E aos poucos vamos conquistar o nosso espaço, da nossa forma
Porque somos mais que estatística, mais que estereótipo
Somos multidão, a cara do quadro

- Kayblack, 2025

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos da crise estrutural na vida dos negros no Brasil. diante disso, realizamos um resgate historico do conceito de raça e de como o capitalismo se apropria dessa ideia de raça para legitimar todo um processo de exploração. Sendo assim, em um contexto de crise estrutural e avanços tecnológicos, onde o trabalho vivo é substituído pelo trabalho morto, o capital encontra dificuldades para sua reprodução, uma vez que, a mais valia só pode ser extraída do trabalho vivo. Essa substituição faz com que surja um contingente cada vez maior de supérfluos, essas pessoas estão para além do exército industrial de reserva. A partir disso, mostraremos como o capitalismo utiliza-se do racismo para formar essa primeira massa de supérfluos. E em seguida, a política que genocida que o Estado exerce sobre essas pessoas, tendo em vista que para a reprodução do modo de produção capitalista essas pessoas não possuem nenhuma utilidade.

Palavras chaves : Crise estrutural, Supérfluos, genocídio e violência

ABSTRACT

This paper aims to analyze the impacts of the structural crisis on the lives of Black people in Brazil. Therefore, we conduct a historical review of the concept of race and how capitalism appropriates this idea of race to legitimize an entire process of exploitation. Therefore, in a context of structural crisis and technological advances, where living labor is replaced by dead labor, capital encounters difficulties in its reproduction, since surplus value can only be extracted from living labor. This replacement gives rise to an ever-increasing contingent of superfluous people, these people beyond the industrial reserve army. From this, we will show how capitalism uses racism to form this initial mass of superfluous people. We will then examine the genocidal policies that the state exercises against these people, given that these people are of no use to the reproduction of the capitalist mode of production.

Keyword: Structural crisis, superfluous people, genocide and violence

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 NOTAS SOBRE A LÓGICA DESTRUTIVA DE REPRODUÇÃO CAPITALISTA.....	15
1.1 - CRISE ESTRUTURAL E A LEI DA QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO.	17
1.2 - 4ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E DESEMPREGO MASSIVO DA POPULAÇÃO NEGRA.....	21
1.3 – GUERRA COMO UMA ALTERNATIVA DO CAPITAL PARA MITIGAR A CRISE....	25
2 DAS ORIGENS DO RACISMO À FORMAÇÃO DE UMA MASSA RACIALIZADA DE SUPÉRFLUOS NA ATUALIDADE.....	28
2.1- O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE RAÇA NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA.....	32
2.2 – RACISMO, MERCADO DE TRABALHO E FORMAÇÃO DE UMA MASSA RACIALIZADA DE SUPÉRFLUOS NA ATUALIDADE.....	37
3 GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA: UMA RESPOSTA DO CAPITAL DIANTE DO AVANÇO DA CRISE E AUMENTO DOS SUPÉRFLUOS.....	44
3.1- PERDA DO MONOPÓLIO DO USO DA VIOLÊNCIA POR PARTE DO ESTADO....	54
3.2 GUERRA ÀS DROGAS: UMA POLÍTICA DE GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA. 57	
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	65

INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como objetivo geral contribuir para os estudos sobre a relação de raça e supérfluos no Brasil, assim como apontar as principais respostas dadas pelo Estado para essas pessoas.

Para isso, iremos nos apropriar de elementos constituintes do modo de produção capitalista e como sua lógica reprodutora de valor funciona. É vital para esse trabalho compreender o papel que o racismo exerce no modo de produção capitalista, desde seu processo de acumulação originária até os dias atuais. A partir disso, iremos analisar a forma como o processo de industrialização é altamente poupador de trabalho vivo o que faz com que uma parcela cada vez maior de seres humanos se tornem desnecessários ao modo de produção. No atual estágio do capitalismo notamos que as principais populações afetadas pelo desemprego estrutural são majoritariamente negras. Posto isso, iremos apontar quais os impactos disso na vida dessas pessoas, assim como a resposta do Estado a esse grupo racializado.

O interesse pela temática surgiu no início da minha graduação, pois sempre tive o desejo em me aprofundar no debate racial, acredito que no meu trabalho de conclusão de curso seja o momento ideal para realizar esse debate com o aprofundamento teórico necessário. Já sobre os supérfluos, o interesse vai emergir a partir da minha inserção na iniciação científica, que irá estudar os supérfluos no mundo do trabalho no Brasil.

Posto isso, no primeiro capítulo iremos realizar uma breve contextualização da lógica de reprodução capitalista, apresentando os elementos constituintes desse modo de produção, como a propriedade privada, trabalho livre e sua principal função que é a extração de lucro. Em seguida, iremos realizar um breve debate sobre a crise estrutural, com o intuito de mostrar que o capitalismo se encontra nos seus limites últimos de produção/expansão. Nesse momento, iremos nos apropriar das obras de Kurz, Marx e Mészáros para mostrar que o avanço tecnológico impacta diretamente no aumento do contingente de pessoas desnecessárias para reprodução do capital e consequentemente a queda da taxa de mais valias extraída do trabalho vivo, uma vez que os homens estão sendo substituídos por máquinas. Posteriormente, mostraremos uma das alternativas postas pelo capital para mitigar

sua crise de produção, onde observa-se que a guerra se torna uma alternativa posta pelo capital.

No segundo capítulo iremos realizar um debate acerca da terminologia raça que foi usada de uma forma racista durante um longo período para diferenciar pessoas brancas das pessoas negras. Inicialmente neste capítulo será apresentado o debates sobre o conceito de “raça” e a forma como a elite se apropriou dessa ideologia para inferiorizar um determinado grupo de pessoas. Para esse debate nos apropriamos das obras de Munanga, Abdias do Nascimento e Quijano, posteriormente será realizado uma análise do projeto societário que existiu no período pós abolição que motivado por uma ideologia racista colocaram os negros como um grande problema existente na sociedade. No último item deste capítulo apresentamos alguns indicadores sociais para mostrar como os impactos da escravidão e do racismo são presentes nos dias atuais. Aqui é possível observar como o negro se constituiu como supérfluo desde a introdução do trabalho livre no Brasil.

No terceiro capítulo iremos trabalhar a resposta do Estado ao crescimento dos supérfluos, com destaque para o encarceramento em massa da juventude negra e para o crescimento do número de homicídios, números que superam o de algumas guerras ao redor do mundo. Iremos analisar esses elementos a partir da categoria de biopoder de Foucault, necropolítica de Mbembe, e alguns conceitos de Agamben como vida nua e população sacer. Diante do exposto, no terceiro capítulo se torna possível verificar os impactos da crise estrutural do capital na vida do jovens negros de regiões periféricas.

1 NOTAS SOBRE A LÓGICA DESTRUTIVA DE REPRODUÇÃO CAPITALISTA

Para compreendermos o modo de produção capitalista e as crises a ele inerentes é pertinente nos apropriarmos de categorias que são constitutivas de seu processo de formação. Assim, considerando a necessidade de conhecer certos determinantes das crises do capitalismo, busquei a leitura de capítulos de O Capital, de Marx, onde o tema é abordado.

Como sabemos, o capitalismo tem como principal objetivo, a produção de valor a partir da produção de mercadorias, com base na exploração do trabalho. Mercadoria é um objeto externo, algo que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, provenham elas do estômago ou da fantasia¹ (MARX, 1968, p. 41).

De acordo com Marx (1984) a taxa de lucro encontra-se estreitamente associada à taxa de mais valia que, por sua vez, origina-se na extração de mais valia dos trabalhadores durante o processo de produção. A mais valia consiste no trabalho excedente não pago ao trabalhador. Por exemplo, se o trabalhador assalariado trabalha 8 horas por dia, para ele pagar seu salário no final do mês seria necessário que ele trabalhasse apenas 5 horas por dia, as outras 3 horas são o trabalho excedente não pago, que irá consistir na extração de mais valia apropriada pelo empregador. Portanto, é nessas horas não pagas pelo seu trabalho que o detentor dos meios de produção está retirando seu valor excedente produzido. Outro elemento importante para analisar o capitalismo é o trabalho assalariado, pois ao mesmo tempo que o capital precisa da exploração para extrair lucros, ele precisa de pessoas consumindo as mercadorias fabricadas, que conseqüentemente ocasiona em uma maior destruição dos recursos naturais para produção de mercadorias. Por isso, o trabalho assalariado é uma das categorias fundantes da forma social que caracteriza o capitalismo.

A propriedade privada também é uma das categorias constitutivas do capitalismo. Marx observou que, na sua gênese, a relação-capital tornou-se possível a partir da existência de duas classes distintas que se confrontaram: uma detentora da propriedade dos meios de produção e a outra que, depois de haver sido

¹ Essa mercadoria conseqüentemente irá possuir um valor de uso e valor de troca, porém para fins desse estudo não cabe aprofundar.

expropriada pelo capital, nada mais possuía, a não ser sua força de trabalho para vender:

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apóie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados (Marx, 1984, p. 673).

A cada nova revolução tecnológica da matriz industrial, o capitalismo eleva a novos patamares a produtividade do trabalho. As inovações tecnológicas visam a substituição do trabalho humano por máquinas e sistemas autômatos que são muito mais produtivos. Contudo, ao diminuir continuamente o tempo de trabalho vivo socialmente gasto para produzir determinada mercadoria, o processo permanente de desenvolvimento de inovações tecnológicas acaba reduzindo a capacidade do sistema de valorizar o valor, pois somente a força de trabalho vivo tem potencialidade para criar valor. Como consequência as mercadorias perdem valor. Em outras palavras, as sucessivas mudanças na composição orgânica do capital - que é a relação entre a quantidade de trabalho vivo e trabalho morto empregado - volta-se contra o processo de valorização do valor. A substituição do trabalho vivo pela automação diminui a capacidade do sistema de criar valor. Para mitigar a perda de valor, o sistema, paradoxalmente, produz novas tecnologias ainda mais produtivas, com a ilusão de poder compensar o processo de desvalorização através da elevação da quantidade de mercadorias produzidas. A perda de capacidade de valorização constitui uma das faces mais importantes da atual crise estrutural do sistema, segundo Kurz.

Para os objetivos deste trabalho, queremos salientar a produção crescente de um exército de seres humanos supérfluos ao sistema de produção, em nível global, como um dos sintomas mais visíveis desta crise na atualidade onde se observa o desenvolvimento da 4ª revolução industrial:

A quantidade dos que são considerados necessários à produção e a quantidade dos que são considerados desnecessários, varia historicamente. Em termos relativos, o número de supérfluos cresceu no mundo, em todos os momentos da história do capitalismo em que houve desenvolvimento tecnológico, e consequentemente, aumento da produtividade do trabalho. (Menegat e Silva, 2024, p.3)

Contudo, a 4ª revolução industrial vem produzindo quantidades de supérfluos, em números relativos e absolutos, nunca antes vistos. Atualmente, a quantidade elevada de pessoas que definitivamente não tem mais lugar no processo de produção extrapola, em muito, a quantidade necessária para garantir a regulação do salário.

A superpopulação relativa é, portanto, o ponto de apoio sobre o qual se movimenta a lei da oferta e da procura de trabalho. Ela põe o freio à essa lei, reduz seu campo de ação, fornece ao capital o material humano sempre disponível para a exploração, independentemente das necessidades imediatas da valorização do capital. (MARX, 2013, p. 783)

O capitalismo é um modo de produção contraditório, pois além de produzir suas próprias crises, ele destrói em escala crescente os recursos naturais para a produção de mercadorias e poupa trabalho vivo com a introdução de novas tecnologias, diminuindo assim, a extração de mais valia do trabalhador.

1.1 - CRISE ESTRUTURAL E A LEI DA QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO

O capitalismo após sua fase monopolista encontrou barreiras ocasionadas por seu próprio sistema de produção que dificultou sua reprodução ampliada. Tais como o processo de globalização que nesse momento se encontrava em um estágio muito avançado, com isso, a estrutura se deparou com dificuldades em encontrar novas áreas para exploração. Dada a elevada produtividade propiciada pelos sucessivos avanços tecnológicos, que são altamente poupadores de trabalho humano, também produzem o esgotamento dos recursos da natureza. O capitalismo é um processo contraditório, pois para garantir continuamente a sua reprodução ele precisa destruir dois de seus elementos fundamentais que são o trabalho vivo e os recursos naturais.

A partir da década de 1970, autores marxistas começam a analisar as particularidades das crises do capital, que até então eram consideradas parte de seu modelo de produção. Esses autores passam a trabalhar com o termo crise estrutural, pois começam a notar que há um esgotamento de possibilidades desse sistema sair dessa crise:

O capitalismo maduro é também o início da sua crise de expansão. As fronteiras internas, postas pelas inovações tecnológicas e as inovações de produtos, e a externa, posta pela expansão para novos mercados, estão no seu limite máximo. Tal limite indica uma crise estrutural que tende a se

combinar com processos cada vez mais intensos de crises conjunturais (Menegat. 2012,p.26).

No que diz respeito aos limites da expansão, processo de globalização, Milton Santos realizou questionamentos pertinentes, expondo como realmente acontece esse processo, suas principais consequências, e suas perversidades. O autor analisa também, alguns problemas crônicos do capital, como a produção da pobreza, e aumento do desemprego.

De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. (Santos,2006,p.19)

O processo de globalização do capitalismo se concretizou, mas de forma perversa, uma vez que o seu único objetivo é extrair o lucro máximo de qualquer relação. Com a expansão deste sistema, houve o aumento das desigualdades e a pauperização das classes denominadas como “inferiores”. “O potencial socialmente destrutivo da globalização capitalista converte-se milagrosamente numa miserável apologética do Ocidente” (Kurz, 2003,p.44)

Conforme Kurz, ao completar o processo de expansão sobre o planeta, o sistema de produção e consumo de mercadorias alcançou o seu limite lógico externo. Ou seja, o capital não encontra mais possibilidades de expansão geográfica sobre territórios inexplorados. Uma das consequências é o aumento da barbárie e das guerras por territórios que ainda mantêm reservas de terras férteis e outros recursos econômicos indispensáveis à produção de mercadorias em escala planetária. Parte desses territórios são ocupados pelos últimos remanescentes de povos originários, os quais vem sendo violentamente expropriados. Hobsbawm (2002) afirma que o processo de globalização ampliou os efeitos da guerra na vida civil. Conforme Kurz, outro fator que dificulta a reprodução do capital, são os avanços tecnológicos altamente poupadoras de trabalho vivo. Com isso, os efeitos da crise se tornam mais agudos e permanentes. Nesse sentido, afirma o autor, o capital teria alcançado o seu limite lógico interno, uma vez que dado o declínio da participação da força de trabalho no processo de produção, a mercadoria tem menos valor.

Para compreendermos por que a atual crise vem sendo reconhecida como estrutural e não mais cíclica, é importante compreendermos a diferença entre os dois tipos de crise. Mészáros (2002) destaca que uma crise não estrutural afeta apenas

algumas partes do complexo, e não coloca em risco a reprodução ampliada do capital. Já sobre crise estrutural Mészáros destaca:

Significa simplesmente que a tripla dimensão interna da auto-expansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas no sistema. (Mészáros, 2002,p.799)

O filósofo observa elementos pontuais na atual crise do capital, que a diferencia das demais crises, classificando-a como uma crise estrutural. Ele destaca quatro elementos: o seu caráter universal; a capacidade de alcance global; sua escala de tempo maior e contínua, ao invés de cíclica, como foram todas as anteriores; e seu modo de se desdobrar, que poderia ser classificado como rastejante, onde nem mesmo as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao seu futuro.

O autor também afirma que o capitalismo possui três dimensões fundamentais, são elas: Produção, Consumo, Circulação/Distribuição/Realização; e que no curso real do capitalismo, essas dimensões tendem a se fortalecer e ampliar. Todavia, em um cenário de crise isso não ocorre: “Certamente, a crise estrutural não se origina por si só em alguma região misteriosa: reside dentro e emana das três dimensões internas acima mencionadas” (Mészáros, 2002,p.798):

Em termos simples e gerais uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou sub complexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. diferentemente, uma crise não estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global. (Mészáros,2002,p.797)

Portanto, pode-se observar que uma crise para ser caracterizada como estrutural precisa influenciar diretamente as três dimensões fundamentais do capitalismo, de tal modo que comprometa diretamente a forma de reprodução da ordem social vigente. Caso contrário, a crise não se configura como estrutural, apenas como cíclica iminente da própria lógica do capital. “Assim, uma crise estrutural não está relacionada aos limites imediatos mas aos limites últimos de uma estrutura global” (Mészáros, 2002,p.797).

Um dos principais fatores que contribuíram para esse processo é o que Marx determina como a lei da queda tendencial da taxa de lucro. “A queda da taxa de

lucro expressa, pois, a proporção decrescente entre o próprio valor e o capital total adiantado.” (Marx,2017,p.252)

A tendência progressiva da taxa geral de lucro à queda é, portanto, apenas uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho. Não dizemos, com isso, que a taxa de lucro não possa cair provisoriamente por outras razões, mas demonstramos como uma necessidade evidente, com base na própria essência do modo de produção capitalista, que no progresso deste último a taxa média geral do mais-valor tem necessariamente de se expressar numa taxa geral decrescente de lucro. Assim como a massa do trabalho vivo empregado sempre decresce em relação à massa do objetivado que o trabalho vivo mobiliza, isto é, em relação aos meios de produção produtivamente consumidos, também parte desse trabalho vivo. (Marx,2017,p.251)

Diante do exposto podemos observar como Marx já analisava neste período uma tendência a queda da taxa de lucro, objetivada pelos avanços tecnológicos poupadores de trabalho vivo, uma vez que, o mais-valor absoluto só pode ser retirado do trabalho vivo. Ou seja, com os avanços tecnológicos aumenta-se a produtividade, reduzindo o trabalho vivo e consequentemente o mais valor.

A lei da taxa decrescente de lucro, na qual se expressa a mesma taxa ou inclusive uma taxa superior de mais-valor, quer dizer, em outras palavras, que, partindo de uma quantidade determinada qualquer do capital social médio, por exemplo, de um capital de 100, a parte destinada a meios de trabalho tende sempre a aumentar, ao passo que a destinada ao trabalho vivo tende a diminuir. (Marx,2017,p.253)

O enxugamento do trabalho vivo foi de certa forma mitigado nas primeiras revoluções industriais, pelo surgimento de novas indústrias e pelo processo de expansão territorial que se mostrava ainda possível. Quanto menor a absorção de trabalho humano, mais barato tende a ser a mercadoria. Os avanços tecnológicos possibilitam também, que o tempo socialmente gasto para produzir determinada mercadoria reduza, com isso, uma mesma quantidade de trabalhadores conseguem produzir um número maior de mercadorias.

A partir do momento que o desenvolvimento da força produtiva e a correspondente elevação da composição do capital fazem com que uma quantidade cada vez menor de trabalho mobilize uma quantidade cada vez maior de meios de produção, cada alíquota do produto total, cada mercadoria individual ou cada medida individual e determinada da massa total das mercadorias produzidas absorve menos trabalho vivo e contém, além disso, menos trabalho objetivado, tanto no que diz respeito à depreciação do capital fixo empregado como às matérias-primas e aos materiais auxiliares consumidos. Por conseguinte, cada mercadoria individual contém uma soma menor de trabalho objetivado nos meios de produção e de trabalho novo agregado durante a produção. Isso faz com que caia o preço da mercadoria individual (Marx,2017,p.264)

Para os objetivos deste trabalho, é importante destacar o impacto desta crise sobre o aumento da taxa de desemprego. O aumento de pessoas que são expulsas de seus postos de trabalho devido ao processo de introdução de máquinas ocorre desde a primeira revolução industrial, porém na primeira e na segunda revoluções ainda não tínhamos um mundo totalmente industrializado, e isso possibilitou com que as pessoas migrassem de uma região para outra em busca de novos empregos e condições de vida melhores.

No entanto, na 3ª revolução industrial esse movimento já não ocorre com a mesma proporção, visto que nessa rodada de introdução de novas tecnologias, os países periféricos também já haviam sido inseridos nesse mecanismo. Kurz (2018) aponta para uma tendência do aumento da produtividade, que além de criar uma quantidade exagerada de bens, resultou também em uma avalanche de desemprego e miséria. O autor analisa dados da organização internacional do trabalho (OIT), onde no ano de 1995 cerca de 30% da população economicamente ativa de todo o mundo não possuía emprego estável.

Com os avanços tecnológicos, os postos de trabalho tendem a se enxugar em uma média mais rápida do que se pode criar novos postos de trabalho. Esse movimento faz com que o número de pessoas supérfluas aumente gradativamente a cada nova rodada de automação. “O informe do Fórum Econômico Mundial de Davos fala da extinção de 5 milhões de empregos até 2020: o saldo do desaparecimento de 7 milhões de postos de trabalho e da criação de 2 milhões.” (Gomez, 2017, p.3). O que chama atenção nessa lógica da nova rodada de tecnologias, é a capacidade do capital de destruir mais postos de trabalho do que criar.

1.2 - 4ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E DESEMPREGO MASSIVO DA POPULAÇÃO NEGRA

A 4ª revolução industrial que está em curso é seriamente destruidora, dado que é altamente poupadora da força de trabalho viva, cuja tendência incide sobre uma automação total. Conforme Gomez (2017) a 4ª revolução industrial acelerou a substituição do trabalho vivo de forma mais acentuada que na 3ª revolução, em que mesmo o mais barato dos trabalhadores, pode se tornar caro mediante os potenciais produtivos fornecidos pelas novas tecnologias.

A nova revolução tecnológica não é apenas um prolongamento da terceira revolução tecnológica, com sua eletrônica, telecomunicações e engenharia genética. Ela se apoia nelas, mas vai além. Há todo um conjunto de novos desenvolvimentos tecnológicos específicos e uma forma de interação entre eles. A nanotecnologia ocupa um lugar destacado nessa nova mutação tecnológica. (Gomez, 2017,pg.2)

Uma importante característica dessa nova fase de acumulação capitalista se dá na esfera da produção. Até o momento, o que era observado era a introdução de novas máquinas com tecnologias mais avançadas e que poupavam cada vez mais o trabalho humano, colocando assim em xeque a própria lógica do capital, pois conforme Marx só é possível extrair mais-valia do trabalho humano. No entanto, o que se pode observar é que a revolução 4.0 mostra uma tendência à automação total, evitando assim qualquer tipo de interação ou trabalho humano, com seus processos comandados por softwares. Como consequência, um elevado número de trabalhadores substituídos por essas novas tecnologias tendem a não encontrar novos postos de trabalho nem mesmo no setor informal:

A quarta revolução industrial, também chamada de revolução 4.0 ou indústria 4.0 inicia em torno de 2010, tem produzido um salto no desenvolvimento de formas de substituição de trabalho vivo por sistemas de automação, através de associação de diferentes tecnologias e pela integração dos domínios físico, digital e biológico, em que os trabalhadores que antes eram substituídos por máquinas agora são por softwares. Como consequência, observa-se, a fase crônica da crise do capital, uma vez que chegou ao limite da sua expansão, o que compromete em todo o mundo, a sua capacidade de valorização, ocasionando uma nova rodada de desemprego e desocupação em escala jamais vista antes, desafiando a lógica de produção e reprodução capitalista. (Silva 2024,pág.18)

Conforme Marx, são bases constitutivas do modo de produção capitalista o trabalho assalariado e a propriedade privada. Porém o MPC se encontra em uma grande contradição uma vez que a cada revolução industrial se consome mais dos recursos naturais para aumentar a produção e agora poupa-se cada vez mais pessoas do processo produtivo, resultando na extinção de diversos postos de trabalhos. Essa diminuição do número de postos de trabalho irá impactar diretamente na vida das pessoas. Diferentemente de outras revoluções industriais nas quais a introdução de maquinários foi acompanhada pela criação de novos postos de trabalho, neste estágio essa compensação já não é mais possível.

A parcela que está sendo expulsa de seus postos de trabalho tende a ir para informalidade ou se tornarem definitivamente supérfluos no mundo do trabalho. A nova rodada de automação tecnológica romperá o nexos trabalho-dinheiro-consumo em larguíssima escala. Os novos produtos criados pela quarta revolução industrial não serão suficientes para absorver os trabalhadores por ela refugados (Gomez,2017,pg. 6)

Conforme Marx (1984) a população relativa é um produto necessário da acumulação e desenvolvimento da riqueza capitalista e se caracteriza como um material humano sempre pronto para ser incorporado no modo de produção. Já os supérfluos estão além da população relativa ou exército industrial de reserva, essa massa da população já não consegue mais encontrar meios para procurar empregos ou pressionar o capital para se inserir no trabalho. Isso se dá devido aos desenvolvimentos tecnológicos que estão cada vez mais poupadores de trabalho humano.

Conforme Iamamoto (1999) essa nova fase de acumulação do capital nada tem com a equidade ou igualdade, pelo contrário, é possível observar as múltiplas expressões da questão social.

Os desenvolvimentos tecnológicos auxiliam na diminuição do tempo socialmente gasto para produzir mercadorias, ou seja, a cada nova rodada de avanços tecnológicos menos trabalhadores serão necessários e menor o tempo gasto para produzir mercadoria. Em termos relativos, o número de supérfluos cresceu, em todos os momentos da história do capitalismo em que houve desenvolvimento tecnológico e consequentemente, aumento da produtividade do trabalho. (Menegat e Silva, 2024,p.3)

Ao mesmo tempo, reduz-se a demanda de trabalho, amplia-se a população sobrando para as necessidades médias do próprio capital, fazendo crescer a exclusão social, econômica, política, cultural homens, jovens, crianças, mulheres das classes subalternas, hoje alvo da violência institucionalizada. Exclusão social está que se torna, contraditoriamente, o produto do desenvolvimento do trabalho coletivo. Em outros termos, a pauperização e exclusão são a outra face do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, dos meios de comunicação de produção e do mercado globalizado (Iamamoto,1999,pág.18)

As consequências da 4ª revolução industrial já podem ser sentidas no Brasil e apontam para uma tendência à barbárie. Conforme Silva (2024) as novas tecnologias acrescentadas no processo produtivo vão deixar uma camada cada vez maior de

trabalhadores suscetíveis a perderem seus postos de trabalhos, fazendo com que eles se juntem aos desalentados na busca por meios de sobrevivência.

A demanda por trabalho diminui progressivamente com a introdução de novas tecnologias poupadoras de força de trabalho, sendo necessário uma acumulação acelerada do capital global para absorver o número adicional de trabalhadores. Como consequência, ocorre a condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada, com aumento da população supérflua ou subsidiária e a diminuição dos ocupados, em razão da exploração da parte empregada. A superpopulação relativa é, portanto, o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão de obra se movimenta. (Silva 2024,pg.17)

Ao analisarmos os dados disponibilizados pela PNAD/IBGE sobre a população em idade ativa (PIA) entre os anos de 2012 a 2020, nota-se que há um crescimento dessa população, mas é desproporcional ao número de desempregados e fora da força de trabalho. Durante o ano de 2020 foi a primeira vez que a camada de pessoas que não trabalham superou a camada de pessoas que estavam trabalhando.

Considerando o total dos relativamente supérfluos e dos definitivamente, o Brasil alcançava, no 2º semestre de 2020, a cifra de 90,6 milhões. Este cálculo resulta da soma de 12,8 milhões a mais 77,8 milhões, acima comentado. Em porcentagem, o universo “dos que não trabalham” representava, naquela data, 52% da população em idade de trabalhar. (Menegat e Silva,2024, pg 9)

Conforme dados do Dieese (2023) cerca de 65,1% da população desocupada no segundo trimestre de 2023 eram pessoas negras. Quando analisamos o mercado de trabalho há uma disparidade entre a população negra e a população branca que se encontram na desocupação ou subutilização. (Ribeiro,2024 pg. 78)

Os negros e indígenas desde o processo de formação socio histórica brasileira ocuparam cargos mais modestos em relação aos brancos, isso quando conseguem se inserir no mercado de trabalho. Isso só foi possível acontecer devido ao processo de formação sócio histórica brasileira ser pautado pela colonização portuguesa.

Esse fato se deve à forma pela qual o negro brasileiro foi inserido no mercado de trabalho e como sua assimilação à cidadania e ao território se baseou na constituição de mecanismos fortemente ideológicos. A nova forma de definição dos espaços da cidade aponta para esses mecanismos que criaram a condição do negro (Carril,2006,p.93)

Em concordância com Quijano (2005) o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil os povos indígenas e negros foram incorporados como

corpos a serem explorados. E isso só foi possível devido ao papel central que o racismo possui diante da reprodução do MPC.

Para sua sustentação, em momento que exigem uma menor taxa de trabalhadores ativos ou uma maior taxa de exploração do trabalhador, os negros são os primeiros a sentirem esses efeitos, seja na superexploração ou até mesmo tendo sua exclusão do trabalho formal.

Portanto, podemos observar até aqui o duplo caráter que essa guerra possui. Ao atingir mais civis, vai estar necessariamente eliminado uma camada de excedentes (supérfluos) que para o capital já não serve nem mais para regular o salário, e ao promover guerras os Estados obtêm um lucro e desenvolvimento tecnológico maior para tentar impulsionar a lógica de acumulação. Porém o que se nota nessas novas guerras é que o Estado perdeu seu monopólio sobre o uso da violência.

1.3 – GUERRA COMO UMA ALTERNATIVA DO CAPITAL PARA MITIGAR A CRISE

Conforme Zhok (2025) É importante compreendermos que, na atualidade, as guerras estão essencialmente ligadas ao MPC. Essas guerras possuem um viés imperialista e colonizador. Foi assim nos grandes conflitos armados como primeira e segunda guerra mundial e em outras guerras espalhadas pelo globo.

Essas guerras surgem como uma resposta à crise que está posta em determinado momento da história. A segunda guerra mundial, por exemplo, ocorreu após a grande depressão de 1929. O conflito armado durou entre os anos de 1939-45, foi seguido pelo maior boom econômico já visto desde o processo de industrialização, cedendo ao capitalismo o que alguns economistas denominam como anos dourados. Os anos dourados se encerram justamente em meados da década de 70, quando ocorre a crise do petróleo.

Durante o período de guerra ocorreram também diversos avanços tecnológicos que consequentemente irão impulsionar a economia dos países que saem como vencedores. Wolf (2025) cita o exemplo de Israel e observa que a economia de startups de lá começou com seu exército, também fala sobre a Ucrânia que revolucionou a guerra com drones.

Kurz (1993) aponta que o capitalismo para tentar se reproduzir e sair da crise seria capaz de promover violência e guerras em todos os níveis:

O mundo único, finalmente realizado e reconhecido como tal, mas condenado à forma fetichista, atacada por crises, do sistema produtor de mercadorias, revela-se como visão de terror de uma guerra civil mundial que está por vir, guerra em que já não haverá frentes firmes, mas apenas surtos de violência cega em todos os níveis. (KURZ,1993,P.199)

Para nós, pouco importa se para o capital a guerra é economicamente satisfatória, devemos ressaltar que essa tentativa do capitalismo em sair da crise promovendo guerra é altamente destrutiva. Para além dos números em cifrao devemos considerar o número de pessoas que estão sendo mortas nos territórios onde esses conflitos ocorrem e quem está sendo diretamente atingido por essas guerras.

A guerra como uma política de extermínio tem se localizado cada vez mais próximo dos centros urbanos e principalmente nas periferias atingindo cada vez mais civis. Com isso, o efeito da crise e a provável solução para superação dela é sentido de forma diferente a depender do espaço urbano no qual a pessoa vive.

Ao longo do século, entretanto, o ônus da guerra passou cada vez mais das Forças Armadas para os civis, que não eram apenas suas vítimas, mas cada vez mais o objeto de operações militares ou militares-políticas. O contraste entre a Primeira Guerra Mundial e a Segunda é dramático: apenas 5% dos que morreram na Primeira Guerra eram civis; na Segunda Guerra esse número subiu para 66%. É geralmente suposto que de 80% a 90% daqueles afetados por guerras hoje sejam civis. (Hobsbawm,2002)

O espaço urbano onde as guerras acontecem não é coincidência, mas, em geral, trata-se de uma estratégia de destruição, que o capital promove através de seus avanços tecnológicos, de uma massa cada vez maior de pessoas que não serão mais incorporadas no processo produtivo. Conforme aponta Menegat

[...] O terceiro surto de industrializador impulsionou um desenvolvimento de parte da periferia nas bases da moderna tecnologia da segunda revolução industrial, então em voga. Portanto, desde o início, a modernização do Brasil implicou num desenvolvimento em bases altamente poupadoras de força de trabalho. Ela precisou operar, no mesmo ato, a imposição brutal do trabalho como única condição possível de existência das massas, e a exclusão de uma parcela destas (principalmente negros e indígenas) das formas elementares do direitos e dos mais modestos postos de ocupação no mercado de trabalho. (Menegat,2024, s.p)

O território periférico das cidades brasileiras é majoritariamente formado por pessoas negras. Então quando ocorrem conflitos nessas regiões, geralmente os

afetados são essas pessoas. Portanto, o espaço urbano no qual ocorrem esses conflitos com mais recorrência é estrategicamente escolhido pelo Estado.

A distribuição dos homicídios no Brasil é assimétrica: “Algumas localidades apresentam taxas equivalentes às menores do mundo, ao passo que outras, às maiores. O peso da seletividade, por conseguinte, é econômico, étnico e espacial.” (Brito, et al, 2013).

Menegat (2021) nos alerta sobre a importância de lermos essa crise a partir de seus feitos, essa metodologia é muito interessante, pois assim nossa análise ganhará precisão. O autor relata que a explosão de violência está diretamente ligada aos elementos da nova constelação, para embasar seu argumento, ele vai analisar duas formas do desdobramento dessa crise, é o que faremos nos capítulos a seguir.

2 DAS ORIGENS DO RACISMO À FORMAÇÃO DE UMA MASSA RACIALIZADA DE SUPÉRFLUOS NA ATUALIDADE

O conceito de raça não se sustenta biologicamente, ou seja, não há indícios que a divisão da humanidade em raças distintas como foi feito seja algo comprovado cientificamente. Pelo contrário, o conceito de raça biologicamente é inexistente, a propagação dessa ideologia ou conceito só foi possível porque o capital precisava se expandir territorialmente e para isso necessitava legitimar o processo de dominação. Portanto, para o avanço do capital e justificativa de dominação de um povo sobre outro povo, foi necessário realizar uma separação social dos povos em raças distintas, onde consequentemente uma seria dominante sobre a outra.

A classificação da humanidade em raça hierarquizada desembocou numa teoria pseudo científica, a raciologia que ganhou muito espaço no início do século XX. Apesar da máscara científica a raciologia tinha um conteúdo mais doutrinário do que científico, pois seu discurso serviu mais para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial do que como explicação da variabilidade humana. (Munanga, 2004, .p6)

A partir da disseminação dessa ideologia de raça e da visão eurocentrista que dividia a população em raças, sendo elas: brancas, negras e amarelas. E impondo a raça branca como supostamente superior, para assim justificar o processo de dominação ocidental. Só assim foi possível criar condições para o surgimento do racismo. Sendo assim, o conceito de raça e a classificação da diversidade humana em raças teriam servido para uma operação de hierarquização que pavimentou o caminho do racismo Munanga (2004).

Conforme Quijano (2005) a idéia de raça fundamentou a distinção entre colonizador e colonizado durante o processo de dominação colonial:

A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da America e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes/dominados. (Quijano,2005,pg. 118)

Aqui se pode observar o conceito de raça em seu sentido originário e seus principais objetivos, que era o de justificar os processos de dominação colonial e acumulação de riquezas, a partir de uma relação de subordinação. As novas

identidades produzidas mediante a ideia de raça logo foram associadas a natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho, criando assim um sistema de divisão racial do trabalho Quijano (2005).

Quijano (2005) aponta que a divisão racial do trabalho é uma nova tecnologia de dominação e exploração, onde raça e trabalho aparecem como naturalmente associados e que até o momento vinha sendo excepcionalmente bem sucedida. E essa associação durante o período colonial resultou em uma quase exclusiva associação da branquitude social com salário e assumindo postos de mando durante a administração colonial.

A classificação racial da população constituiu a base para a divisão racial do trabalho nas colônias e, conseqüentemente, a imposição do trabalho escravizado ou servil para os não brancos e o trabalho assalariado como privilégio para os brancos. Desde o surgimento da América os europeus associaram o trabalho não pago às raças dominadas, porque eram consideradas raças inferiores. Portanto, os colonizados estavam obrigados a trabalhar em benefício de seus colonizadores. Quijano (2005) aponta para as formas de controle de trabalho diante do novo padrão mundial, onde articulam-se todas as formas históricas de controle de trabalho em torno da relação capital-trabalho assalariado. Contudo, o autor aponta que essa relação tem origem colonial, uma vez que, baseou-se em todas as formas de trabalho não pago às raças colonizadas.

Para esse estudo, através de uma perspectiva crítica, iremos analisar o racismo como elemento constitutivo do capitalismo. Servindo assim como uma das engrenagens que o auxiliará na extração de mais-valor do trabalho e conseqüentemente obter uma maior acumulação de riquezas. “Há uma ligação essencial entre capitalismo e racismo, uma vez que o primeiro só pode fortalecer suas bases econômicas e se transformar em um sistema mundial por meio do segundo” (Ribeiro, 2024,pg.11)

As formas contemporâneas do racismo são produtos do capitalismo avançado e da racionalidade moderna, e não resquícios de um passado não superado. O racismo não é um resto da escravidão, até mesmo porque não há o posição entre modernidade capitalismo e escravidão. A escravidão e o racismo são elementos constitutivos tanto da modernidade quanto do capitalismo, de tal modo que não há como desassociar um do outro (Almeida, 2019. p. 50).

Quijano (2005) aponta as principais diferenças desse processo de modernidade, evidenciando a diferença entre Europa Ocidental e América Latina. Na Europa o eixo principal das relações sociais e da classificação social se baseiam na relação capital-salário, enquanto na América Latina as formas predominantes de controle do trabalho eram as formas não-salariais, para beneficiar o capital global, implicando assim uma relação de exploração e de dominação com caráter colonial.

Para entendermos a lógica racista e sua dinâmica no capitalismo, precisamos compreender sua função no processo político e econômico, para de fato entendermos porque um determinado grupo social é discriminado e desumanizado. Portanto, para entendermos a estrutura do capital, temos que compreender os fatores que compõem essa estrutura. Ao negar que o racismo desempenha um papel central para a lógica de exploração do capital estaremos realizando uma análise equivocada e distante do que está posto no real.

O Estado brasileiro não é diferente de outros Estados capitalistas neste aspecto, pois o racismo é elemento constituinte da política e da economia sem o qual não é possível compreender as suas estruturas. Nessa vereda, a ideologia da democracia racial produz um discurso racista e legitimador da violência e da desigualdade racial diante das especificidades do capitalismo brasileiro. (Almeida, 2019, p. 27)

Entender o racismo como um fator estruturante da sociabilidade capitalista nos possibilita fazer uma análise concreta do real, podendo assim, compreender quais os principais efeitos dessa lógica para determinar as hierarquias sociais e definir quais serão os grupos que estarão ocupando os lugares de poder. Os processos de formação dos Estados não surgiram por acaso, mas sim por projetos políticos, no qual as classificações raciais tiveram um papel importante para definição das hierarquias sociais Almeida (2019).

Apesar das pressões sociais exercidas por movimentos como a formação dos quilombos, revoltas de escravos e fugas, o processo de abolição foi conduzido pelos abolicionistas. Conforme aponta Menezes (2013), este processo fez com que os abolicionistas fossem vistos como “salvadores” juntamente com a princesa Isabel como a “Redentora”. Esse processo contribuiu para a disseminação da ideia do mito da democracia racial². Porém, a autora aponta os reais motivos pelo qual ocorreu a abolição.

² Conceito elaborado inicialmente por Gilberto Freyre em casa grande e senzala

Assim, historicamente, podemos dizer que o fim da escravidão no Brasil foi resultante de três fatores interligados: as resistências e lutas dos negros pela liberdade; a pressão britânica por novos consumidores de seus produtos e a própria lógica do capitalismo (Menezes,2013: p 18).

O período que antecedeu a abolição foi marcado por leis que tinham o intuito de promover a continuidade desta segregação presente no regime escravista. A exemplo da lei de terras (1850) que foi criada como uma medida para impossibilitar que o negro tivesse acesso as terras quando se tornasse livre, tendo em vista que até o momento da criação da lei, as terras se tornavam propriedade de quem chegasse primeiro e ocupasse. Essa política segregadora permeou também no período pós abolição conforme aponta (Mello,1990,pg.87 apud Franciane 2013) O Brasil subsidia a vinda de imigrantes europeus com o objetivo de substituir a mão de obra dos escravizados, utilizando parte de um recurso que seria subsidiado para a emancipação dos escravos.

No período pós abolição a segregação racial ainda era muito presente no Brasil, e isso foi ocorrendo devido a dificuldade dos negros acessarem a trabalhos e aos meios de produção. Neste período não houve nenhuma política de reparação ou de integração do negro no mercado de trabalho assalariado, e aos que conseguiam acessar o mercado de trabalho formal ocupava cargos precários.

Porém não houve um projeto de “integração” dos negros aquela nova sociedade. E, sem políticas integrativas, os ex -escravos não tinham acesso ao sistema educacional: sua inserção no mercado de trabalho remunerado foi precária: os que conseguiram trabalho exerciam funções como serventes, empregados domésticos e outras atividades que não pagavam o suficiente para manutenção pessoal. Viviam em cortiços e cômodos alugados, sendo posteriormente expulsos para as favelas. (Menezes,2013,p 28)

No mesmo período estava ocorrendo o processo de consolidação da segunda revolução industrial, ou seja, estava em curso um processo de modernização e introdução de novos maquinários no processo produtivo, a fim de diminuir o tempo socialmente gasto para produzir mercadorias, essas tecnologias são também poupadoras de trabalho vivo. Porém, como aponta Menegat e Cardoso (2024) a expansão da 1° e da 2° revolução industrial gerou ondas de desemprego tecnológico que foram, de certo modo, mitigadas pelo processo de expansão mundial do capitalismo. (Menezes,2013,p.25) aponta que o processo de consolidação industrial

na Europa trouxe consigo mudanças econômicas, sociais e políticas e que não comportava toda mão de obra disponível. Com isso, a vinda para o Brasil se tornou de certo modo vantajosa para os europeus.

2.1- O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE RAÇA NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

O racismo que surge juntamente com o modo de produção capitalista exerce um papel central no processo de acumulação, que nesse momento se apropria da ideia de raça para justificar todo um processo de dominação de um ser sobre o outro. Porém com a necessidade da expansão do modo de produção capitalista o fim da escravidão precisava ocorrer, e para isso o racismo se atualiza, com o mesmo intuito de impulsionar o lucro do capital.

Para compreendermos as graves consequências postas pelo racismo e pela ideologia de raça, hoje é necessário compreendermos seu papel social e ideológico. “Somente admitindo-se o papel social, ideológico e político do racismo podemos compreender sua força permanente e seu significado polimórfico e ambivalente” (Moura, 2023, pg. 62).

Ao analisarmos o racismo através de sua função política e ideológica isso nos possibilita compreender que ele nada mais é que um dos pilares do modo de produção capitalista, analisando por esse vies é possível observar que em momentos de acumulação como foi o processo de escravidão nas Américas ele vai definir através da ideologia de raça quem será explorado por esse regime.

Deduz-se portanto, sem muito esforço, que o racismo pode ser considerado da forma como entendemos atualmente - um dos galhos ideológicos do capitalismo. Não foi por acaso que ele nasceu na Inglaterra e na França e depois se desenvolveu tão dinamicamente na Alemanha. O racismo é atualmente uma ideologia de dominação do imperialismo em escala planetária e de dominação de classes em cada país particular. (Moura, 2023, p. 64)

O processo de colonização europeu se deu a partir da disseminação dessa ideologia de raça. Esse processo serve para impulsionar a acumulação de riqueza de países europeus, pois se denominavam como superiores e se sentiram no direito de saquear as riquezas produzidas pelas colônias. Sendo assim,

O racismo é um multiplicador ideológico que se nutre das ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras e serve-lhe como arma de combate e de justificativa para os crimes cometidos(Moura,2023,p.63).

Em consonância, Moura destaca a forma como o racismo se desenvolve como uma arma justificadora do processo de colonização.

Com a montagem do antigo sistema colonial e a expansão das metrópoles colonizadoras, esse racismo se desenvolveu como arma justificadora da invasão e domínio das áreas consideradas “bárbaras”, “inferiores”, “selvagens”, que por isso mesmos seriam beneficiadas com a ocupação de seus territórios e a destruição de suas populações pelas nações civilizadas.(Moura,2023,p.63)

Analisar o papel social e ideológico do racismo no Brasil requer muita cautela, pois mesmo com quase 400 anos de escravidão ainda sim existiu diversos autores que contestaram as atrocidades promovidas por esse processo. O debate por muito tempo foi inviabilizado devido a alguns autores prestigiados da época disseminarem uma nova forma de racismo, denominada como racismo científico, que era norteado por uma política eugenista, que visava o extermínio, mesmo que a longo prazo, da população negra.

A imagem racial do povo brasileiro que até então dominava os intelectuais e cientistas das teses de degenerescência, dominante tanto na Europa como nos Estado Unidos. Era a sombra do conde Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) que pairava sobre a raça no Brasil. O diagnóstico sobre o devir da nação, na segunda metade do século XIX, não apontava para uma perspectiva otimista. É um dos principais elementos constitutivos deste diagnóstico era a formação racial brasileira, ou melhor, a degeneração promovida pela miscigenação e pela presença perniciosa do negro na construção da população nacional (Alves,2017,p.600).

O racismo científico que imperava no momento pós abolição era pautado na ideia de eugenia,e pregada por uma política higienista. Sendo assim, após a abolição da escravidão e com a eminente vinda dos europeus (imigrantes) para o Brasil, os negros recém libertos se tornam inúteis ao modo de produção vigente, tornando-se um contingente excedente, ou como Marx determina, exercito industrial de reserva.

Ao lado da miscigenação, a política imigrantista viria a contribuir para o branqueamento do corpo-espécie da população.Mesmo considerando a presença de posturas eugenistas mais radicais, é a perspectiva da miscigenação/branqueamento que conduzirá o imaginário intelectual nos anos 1930. E é a partir desta perspectiva que a narrativa da nação será

delineada, positivando a miscigenação como elemento marcador da civilização brasileira, bem como uma estratégia eficiente de contornar a heterogeneidade étnica que poderia ameaçar a unidade cultural nacional. (Silva,2017,p.605)

Aos negros recém libertos, desprovidos dos meios de produção e incapazes de se integrarem no mercado de trabalho formal devido ao racismo ainda persistente na sociedade nada restou, ainda eram vistos pela elite branca da sociedade como um problema que deveria ser resolvido, ou melhor, exterminando. Para que isso ocorresse tivemos em curso uma política eugenista que visava um branqueamento da população brasileira.

Conforme Alves (2017) a política de eugenia e o movimento sanitarista, ainda que brevemente, pretendiam tomar para si a responsabilidade de reconstruir a nação e seu corpo-espécie durante as três primeiras décadas do século XX.

Ao tempo em que foram criadas as ideologias de barragem contra o negro, montou-se, em contrapartida, a mitologia da "democracia racial", divulgada através da imprensa, no rádio e de trabalhos sociológicos, antropológicos ou literários. Tal atitude não é, em última análise, nada mais do que um suporte justificatório do preconceito como ele existe no Brasil. Esta posição bifronte, leva a que o combate ao preconceito seja dificultado nos seus diversos níveis, escondendo e escamoteando a realidade da nossa "situação racial". (Moura,2023,p70)

No período pós abolição o negro surge como um problema que precisava ser resolvido. De acordo com Alves:

A obra de Nina Rodrigues ilustra esse contexto pós abolição em que o negro e a figura do mestiço aparecem como problema antropológico efetivo. Sua visão fundada no darwinismo social e na antropologia criminal era sustentada, portanto, pela legitimidade do discurso científico, e sua postura sobre a inferioridade racial do povo brasileiro ecoava em autoridades importantes do Estado.(Alves,2017,p.601)

Com isso, no período pós abolição o negro passa a ser tornar um problema iminente para a sociedade brasileira, como possível solução para esse novo problema surge o movimento eugenista no Brasil.

O movimento eugenista nos anos 1920 recolocava de forma contundente o racismo e o determinismo como chaves interpretativas do país e como alavanca de políticas eugenistas. Os debates sobre a miscigenação e o negro na conformação da população serão pautados sobretudo em função da política imigrantista, considerada por muitos eugenistas radicais - como Renato Kehl e Azevedo Amaral - uma possibilidade de arianização do Brasil (Alves,2017,p.603).

Essa política eugenista foi impulsionada pelo movimento de imigração europeia, onde desejava-se que os imigrantes assumissem os trabalhos que eram feitos pelos ex escravizados, e aos negros recém libertos nada restou. Isso fez com que essa política se tornasse um instrumento importante na tentativa de embranquecer a sociedade brasileira, já que o negro era visto como um problema que precisava ser exterminado.

A predominante racista orientação da política migratória foi outro instrumento básico nesse processo de embranquecer o país. A assunção prevalecente, inspirando nossas leis de imigração, considerava a população brasileira como feia e geneticamente inferior por causa da presença do sangue negro-africano. (Nascimento ,2016,p.70)

Ainda sobre a política migratória, Nascimento sinaliza como estas foram elaboradas dentro de uma estratégia maior que tinha como intuito a erradicação da mancha negra na população brasileira. “Teorias científicas forneceram suporte vital ao racismo arianista que se propunha erradicar o negro” (Nascimento,2016,p.71)

A política eugenista juntamente com o mito da democracia racial funcionaram como um dispositivo para embranquecer a sociedade, na obra de Abdias do Nascimento é possível notar esse fenômeno, pois ele analisa o crescimento populacional se deu de forma desproporcional entre os grupos étnicos diferentes. Nascimento analisa a população no ano de 1872, onde tínhamos respectivamente 3.787.289 Brancos, 1.954.542 negros e 4.188.737 pardos, já no ano de 1950, lembrando que, as três primeiras décadas dos anos de 1900 foram impulsionadas pelo movimento eugenistas tivemos os respectivos números. 32.027.661 brancos, 5.692.657 negros, 13.786.742 pardos.

Outro autor que também vai trabalhar com essas categorias é Alves, que vai analisar o processo de embranquecimento da população brasileira através dos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O autor analisa a miscigenação como parte desse processo.

Mais importante, no entanto, é que os censos de 1940 em diante apontam para o “sucesso” do projeto de branqueamento da nação, se considerarmos que os brancos que correspondem 38,1% da população em 1872, e 44% em 1890, passam para 63% em 1940. Os pretos de 19,7% em 1872 caem para 14,6% em 1940. Os censos seguintes apontam para uma redução ainda mais significativa dos pretos: 11% em 1950, 8,7% em 1960 e 5,9% em 1980. Considera-se ainda o aumento dos pardos, o que demonstra o quanto a população assume este processo de constituição de um corpo- espécie

em franco processo de embranquecimento. Em 1940, os pardos representavam 21,2% em 1950 26,5% e em 1960 29,5% em 1980, 38,8% e em 2010 43,1% (Silva,2017,p.612)

Silva (2017) observa o processo de mestiçagem de uma forma crítica, relacionando esse movimento com o processo de política eugenista vigente na sociedade. Ainda conforme o autor, esse processo tenta criar condições para que ocorra o processo de extermínio da população negra. Portanto, pode-se concluir que nesse período observado, o processo de miscigenação atua como um apagamento da população negra.

A mestiçagem, estruturante nesta construção, funciona ao mesmo tempo como desmobilizadora de polaridades, criando uma zona de indeterminação e meio a partir da qual se aponta para um devir. Noutras palavras, o discurso da miscigenação redentora, que embranquecera o corpo espécie da população brasileira, atua como reconstituição da população, moldando-a segundo critérios eugenistas que constitui a população negra como população-sacer, ou seja, uma população que ao entrar na ordem mestiça deve desaparecer do devir nação (Silva,2017,p.612)

O autor vai relacionar a mestiçagem ao processo de criação de uma população sacer, ao relacionar esse processo a categoria inicialmente proposta por Agamben o autor indica que a população negra no Brasil foi tratada como algo marginalizado, descartável e portanto eliminável, ou seja, reduzia a vida dessa população a uma espécie de vida nua, desprovida de Zoe. “Zoé e bíos era a vida natural comum a todos os seres, sejam eles homens, animais ou deuses.”(Valerio,2013,p.186)

No que diz respeito ao conceito de população sacer, o autor mostra que essas vidas não importam, conforme Agamben (2002) são grupos que podem ser mortos sem que ocorra nenhuma penalidade. A população sacer é considerada como desprovida de proteção por parte do Estado, sendo assim, ocorre uma sacralização da vida nua.

Nesse processo, chamei a atenção para como a biopolítica de Estado nos anos 1930 acabou por suscitar a possibilidade de constituição da população negra como população-sacer, pois não apenas visou a negação do racismo, como fez da mestiçagem a zona de passagem para o branqueamento da população e, neste sentido, institui a própria mestiçagem como possibilidade da vida nua, pois implicou a inclusão-exclusiva do negro numa narrativa nacional cujo devir é o “bando” ou seja, o seu desaparecimento. É neste sentido que aponto a racionalidade da mestiçagem como dispositivo da vida nua, o que faz da democracia racial a “eugenia” brasileira. A “pardificação”

da sociedade brasileira, doravante, atua na criação de uma zona de deslizamento incessante que interdita subjetivações racialistas. A desconstrução da democracia racial implica na emergência da população negra como bíos, como vida qualificada, processo que tem início a partir do final dos anos 1970 com as lutas antirracistas, como as do Movimento Negro Unificado. (Silva, 2017, p. 614)

Portanto, podemos afirmar que desde o processo de abolição os negros tiveram seus direitos negados. Isso começa durante o processo de escravização, e se perpetua durante a sociedade, com políticas que visavam coibir o acesso dessas pessoas as terras, como foi a lei de terras, promulgada 38 anos antes da abolição da escravidão, assim como foi a política eugenista vigente principalmente nas décadas iniciais do século XX, e o mito da democracia racial, no qual tinha como objetivo vender uma imagem do Brasil como um país harmonioso, evitar a organização de movimentos sociais negros em prol de uma reparação histórica, evitar o debate acerca de uma reparação histórica pelos quase 400 anos de escravidão, e por fim serviu para legitimar o processo eugenista de embranquecer a sociedade brasileira.

2.2 – RACISMO, MERCADO DE TRABALHO E FORMAÇÃO DE UMA MASSA RACIALIZADA DE SUPÉRFLUOS NA ATUALIDADE

Conforme Quijano (2005) a ideologia de raças permitiu com que uma raça fosse denominada superior a outra, sendo assim, a considerada superior seria digna de se apropriar do trabalho assalariado, já a designada como inferior não. “A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário” (Quijano, 2005, p. 120).

Porém o trabalho escravo se tornou um empecilho para expansão do modo de produção capitalista, uma vez que o mesmo necessita do processo de globalização para expandir seus lucros, com isso, ocorreu pressão externa, principalmente britânica para que ocorresse a abolição da escravidão no Brasil, e com isso o país desse início ao trabalho livre, pois assim os trabalhadores poderiam consumir as mercadorias produzidas. Menezes (2013) destaca que alguns fatores culminaram no processo de abolição como: luta dos negros pela liberdade, a forte pressão do governo britânico que queria expandir a venda de seus produtos e destaca também a própria lógica do capitalismo.

Apesar de ocorrer o processo de abolição, o negro não foi integrado no mercado de trabalho formal, como aponta a autora: “ A continuidade da segregação

racial no Brasil pós abolição foi correndo no cotidiano, ao ser o negro impedido de acessar o trabalho e os meios de produção” (Menezes,2013,p.27)

Nota-se que, durante mais de trezentos anos, o trabalho braçal no país foi considerado, pelos colonizadores portugueses, como função indigna para “cavalheiros”, um castigo, uma forma de humilhação. Era uma função destinada aos escravizados (imigrantes compulsórios africanos e seus descendentes). Mas, a partir do incentivo à imigração europeia, o trabalho passou a ser louvado como uma característica moral e pessoal virtuosa, que os escravizados não teriam. (Menezes,2013,p.28)

Dessa forma, o governo brasileiro adota políticas para impulsionar o processo de imigração. Como vimos no tópico anterior, essa política serviria para embranquecer a sociedade, e também para ocupar o trabalho que antes era realizado por pessoas negras. A diferença principal é que agora o trabalho seria assalariado. “[...] A solução encontrada para substituição da mão de obra escrava foi a introdução do imigrante, cuja força de trabalho foi utilizada nos cafezais e nas indústrias” (Barreto,2013,p.31).

Como observamos, o negro passa a ser considerado como mão de obra excedente, desde a introdução do trabalho livre no Brasil. Segundo Barreto (2013), os ex - escravizados e seus descendentes, encontraram diversas dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho formal, enquanto o "branco" absorvia todas as atividades, o "negro" era colocado à margem deste processo. Com isso, o negro é conduzido para setores residuais, confinados às tarefas ou ocupações mal remuneradas e degradantes.

Barreto (2013) afirma que os negros passaram por um processo de libertação sem liberdade, uma vez que a esses povos foi negado qualquer tipo de ascensão econômica ou social, e não foi oferecida nenhuma oportunidade para que essas pessoas pudessem competir no mercado de trabalho. Sendo assim, o negro passa a ser socialmente visto como livre, porém com a lógica racista criada durante o período colonial o negro não consegue se inserir facilmente no mercado de trabalho. Posto isso, a partir da análise realizada por Barreto (2013) é possível compreender a forma como o negro foi introduzido na sociedade de classes, de uma forma totalmente precarizada, sem acesso a terra, sem dinheiro e com um estigma racial criado sobre ele.

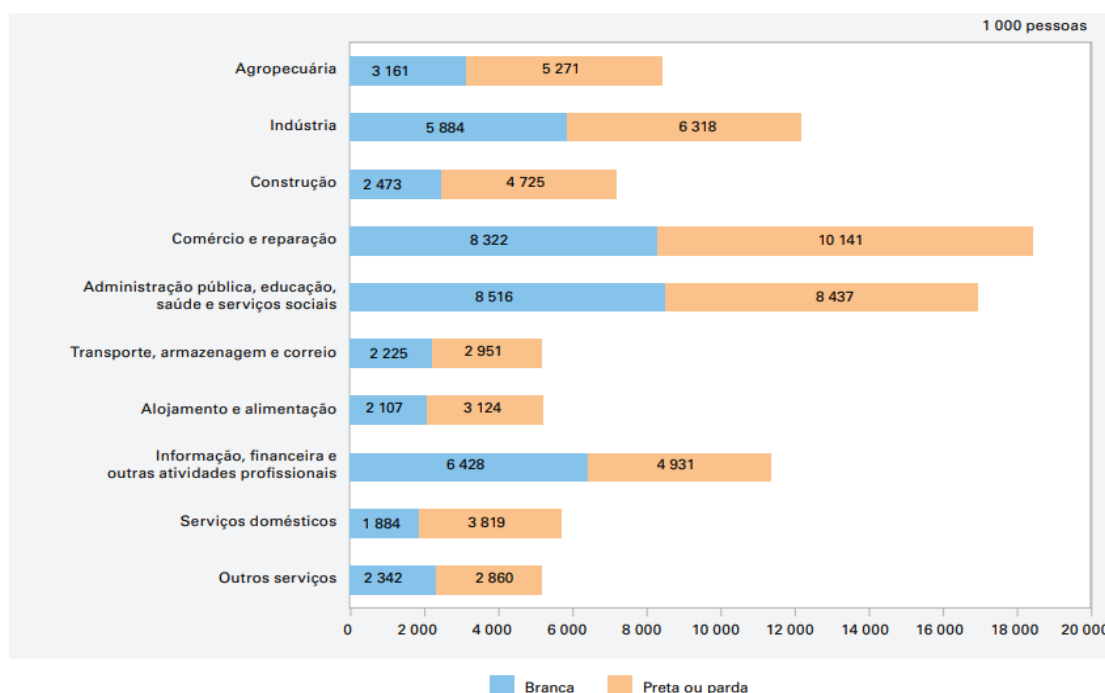
Ainda hoje é possível sentir os impactos da formação social brasileira na vida cotidiana das pessoas negras, visto que, ao analisarmos o mercado de trabalho na

atualidade e compararmos os salários e os postos de trabalho que pessoas brancas ocupam em relação a negras, até mesmo na informalidade, onde o negro se constitui maioria desde o processo de introdução do trabalho livre no Brasil. Esses fatores são a prova de que de fato houve uma libertação, porém sem liberdade.

Vincular esse debate da relação entre excedentes da força de trabalho e raça é de suma importância ao analisarmos a formação sócio histórica do Brasil e seus reflexos nos dias atuais. Até hoje os negros continuam apresentado um maior indicador de vulnerabilidade, sendo maioria entre os desempregados, trabalhadores informais e quando trabalham de carteira assinada ocupam de forma majoritaria cargos com baixa remuneração. Como podemos observar na síntese de indicadores sociais, realizado através de uma análise das amostras coletadas pela PNAD no ano de 2022.

O (gráfico 1) tem como objetivo analisar a parcela de pessoas ocupadas e quais os campos de trabalho que essas pessoas ocupam, realizando a comparação em porcentagem entre pessoas brancas, pretas e pardas. A maior parte dos postos de trabalho analisados exigem pouca escolaridade, e são serviços considerados braçais e que consequentemente dispõe de uma menor remuneração.

GRÁFICO 1 - População ocupada, por sexo, segundo os grupos de atividade- Brasil 2022

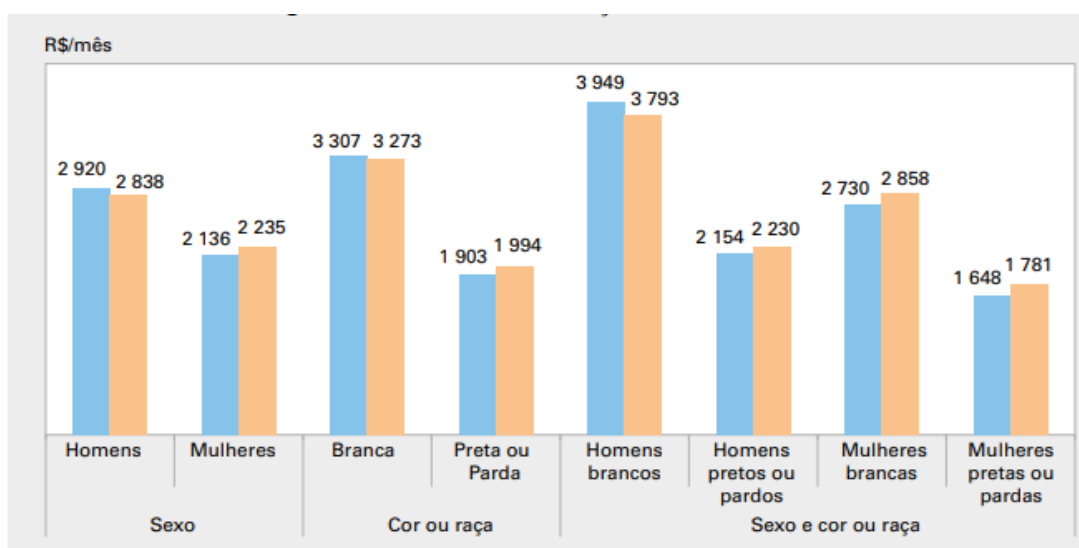


Fonte: IBGE (2023)

Como podemos observar historicamente os negros ocupam majoritariamente os postos de trabalho que exigem pouca escolaridade e tem uma remuneração baixa. E isso se torna um dos principais catalisadores das desigualdades sociais. Além de serem minorias nos postos de trabalhos formais existe também uma disparidade no que tange os salários de pessoas pretas e pardas para o de pessoas brancas. Para podermos realizar uma análise concreta do real, precisamos adicionar aqui a questão de gênero, pois como aponta a síntese dos indicadores sociais, mulheres negras e homens negros tendem a ter um rendimento medio menor que o da população considerada branca.

Conforme dados disponibilizados pela PNAD/IBGE no ano de 2022 a população considerada branca recebia em média cerca de 64,2% a mais do que pessoas pretas ou pardas. E em relação ao gênero, os homens recebiam cerca de 27% a mais que as mulheres. E pessoas negras e pardas tinham rendimento inferior ao das pessoas brancas.

GRÁFICO 2 - Rendimento médio real de todos os trabalhos das pessoas ocupadas,segundo o sexo e acor ou raça- Brasil 2012/2022

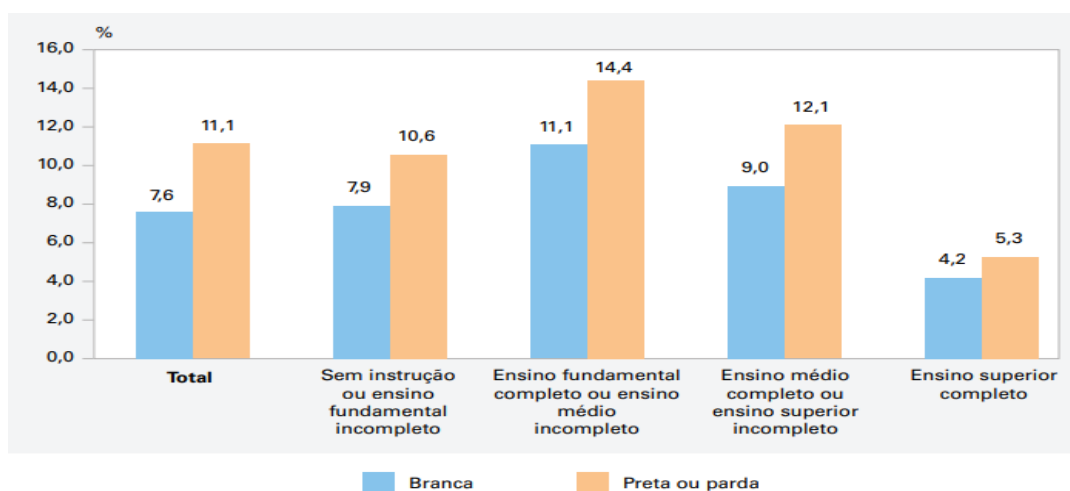


Fonte: IBGE (2023)

Ao analisarmos os dados dos indicadores sociais sobre a taxa de desocupação no ano de 2022, identificamos que o grau de instrução ou de escolaridade entre pessoas que se consideram pretas ou pardas é inferior aos que se consideram brancas, e conseqüentemente, o grau de desocupação é maior entre

as pessoas que se consideram pretas e pardas. Onde há um menor índice de desigualdade é entre os que possuem o ensino superior completo, onde a diferença é de 0,9% o que nos mostra que o acesso ao ensino superior é um fator que contribui para a redução das desigualdades.

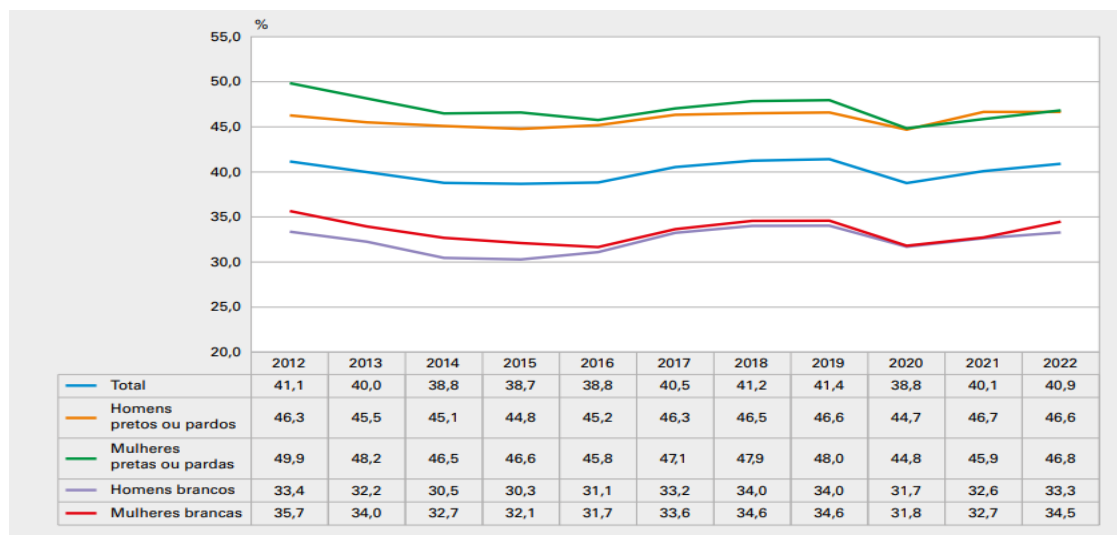
GRÁFICO 3- Taxa de desocupação, por cor ou raça,segundo os níveis de instrução- Brasil- 2022



Fonte: IBGE (2023)

Como analisamos até aqui, os pretos e pardos são minoria no que diz respeito ao trabalho formal, recebem remuneração abaixo das pessoas que são consideradas brancas e ocupam serviços, que em sua maioria, são serviços braçais que não exigem qualificação. Porém, essa tabela se inverte quando analisamos o trabalho informal. No que diz respeito ao trabalho informal, os pretos e pardos são maioria. Devemos analisar esses postos de trabalho com a devida atenção, pois são carregados de precariedades e nenhum direito trabalhista, sem carga horária e remuneração definida. A seguir, o gráfico que analisa a porcentagem de pessoas em trabalhos informais, por cor e gênero no intervalo da última década, 2012-2022:

GRÁFICO 4 - Proporção de pessoas em ocupações informais, por cor ou raça-
Brasil - 2012/2022



Fonte: IBGE (2023)

Sendo assim, diante do exposto torna-se possível analisar como o capital utiliza-se do racismo como um aparelho ideológico para obter mais lucros. O impacto na vida dos negros se tornam imediato, uma vez que, desde o processo de abolição do regime escravocrata o negro se insere na sociedade de classes de uma forma precarizada.

Ao analisarmos o mercado de trabalho atual observamos esse fator com uma maior nitidez, sendo que, os trabalhos mais precarizados, mal remunerados, com mais riscos são ocupados majoritariamente por pessoas negras. Essa população se concentra majoritariamente nos trabalhos informais. E quando conseguem se inserir no mercado de trabalho formal as condições são mais desfavoráveis.

A informalidade é maior entre os negros. Praticamente metade dos negros ocupados estava em trabalhos desprotegidos: 46,5% das mulheres negras e 45,8% dos homens negros. Entre os não negros, essa proporção foi de 34%(DIEESE,2023,p.7).

Com os avanços tecnológicos e consequentemente a diminuição dos postos de trabalhos os primeiros a sentirem esses impactos são os negros. Ao observarmos o número de trabalhadores na informalidade ou a taxa de desocupação, notamos que são compostas majoritariamente por pessoas negras. De acordo com o DIEESE (2023)os negros representavam 56,1% da população em idade para trabalhar, porém ao analisar pessoas desocupadas os negros representavam cerca de 65,1%.

Posto isso, é possível observar como o capital utiliza-se do racismo para definir o lugar do negro na sociedade de classes, reservando ao negro os lugares mais precarizados e muitas das vezes desprovido de proteção, seja no mercado de trabalho ou nas moradias.

Diante disso, observa-se que os negros constituem historicamente parte majoriatria do que denominamos como superfluos, e conseqüentemente, se tornam inúteis para o capital, pois mediante a 4ª revolução industrial grande parte dessa população não encontra mais perspectiva de serem inseridas no mercado de trabalho formal. Com isso, se tornam inúteis para lógica de reprodução do capital, logo, se constituem como alvo das políticas de encarceramento em massa e de extermínio da população negra através dos genocídios.

3 GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA: UMA RESPOSTA DO CAPITAL DIANTE DO AVANÇO DA CRISE E AUMENTO DOS SUPÉRFLUOS

Para compreendermos o conceito de necropolítica e genocídio da população negra, irei me apropriar de alguns conceitos como o de biopoder de Foucault, Estado de Exceção de Agamben. Em seguida irei mostrar a semelhança na qual o Estado atua nas regiões que são tidas como periféricas e relacionadas com necropolítica.

Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) “racismo”(Mbembe,2018,p.25).

Como já visto neste trabalho, a divisão da sociedade em subgrupos estabelece uma relação desigual entre pessoas com etnias diferentes.

Que a “raça” (ou, na verdade, o “racismo”) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define a história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros - ou a dominação a ser exercida sobre eles (Mbembe.2018).

Ao relacionarmos o conceito de biopoder com o de raça, notamos que o Estado através de suas ações vai agir diretamente sobre a vida de pessoas negras definindo quem vai viver e quem vai morrer, porém podemos ir mais além e notar que definirá também como o indivíduo irá viver. “Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado” (Mbembe,2018,s.p). Aqui podemos notar a característica da aceitabilidade do fazer morrer.

Historicamente as ações violentas por parte do Estado acontecem em regiões que são predominantemente negras, ou seja, a maioria dessas ações acontece em regiões periféricas. Estudos mostram que o número de famílias chefiadas por pessoas negras aumenta em em regiões periféricas, enquanto o número de famílias chefiadas por brancos tende a diminuir nessas localidades.

O estudo “Retrato das desigualdades de gênero e raça” (IPEA,2011) revela que 66% dos domicílios situados em adensamentos subnormais no Brasil são chefiados por uma pessoa negra, enquanto apenas 33% possuem chefia branca. Os dados indicam ainda que o percentual de domicílios em

adensamentos subnormais vem diminuindo para os chefes de famílias brancos e vem aumentando em especial para aqueles domicílios que são chefiados por mulheres negras, o que sinaliza a crescente vulnerabilidade nas condições de habitação das famílias chefiadas por mulheres negras. Entende-se aqui por “assentamento subnormal” as favelas e os conjuntos assemelhados de unidades habitacionais (Casseres e Pires, 2017, p. 1433).

As pessoas brancas residentes dessas localidades, ainda que em minoria, também sentem o impacto das ações estatais nessas localidades, porém de uma forma diferente, uma vez que, elas não são consideradas o alvo dessas operações.”Uma possível explicação para esse fato é que se a violência letal incide com maior frequência sobre a população negra, brancos convivendo no mesmo espaço estão também vulneráveis à morte” (Alves, 2011, p. 123). A partir disso Alves conclui que:

Há, portanto, um rastro da violência letal/homicida que se concentra nas áreas predominantemente negras e que, embora tenham os negros como seus principais alvos, também transforma os brancos vivendo em tais áreas em potenciais vítimas. O corpo negro aparece, portanto, como catalizador de um tipo de morte (violência homicida) que incide de maneira preferencial, embora não exclusiva sobre os negros, pavimentando o caminho para vitimização de outros grupos. A vitimização branca seria, nesse sentido, uma consequência da banalização da morte negra. (Alves, 2011, pg 123-124).

É de extrema importância pensarmos nesses espaços periféricos como algo socialmente construído e a forma social na qual ele foi produzido, e nas barreiras existentes. “As barreiras de mobilidade espacial em que se encontram os negros não são produtos do acaso. Elas são resultados de práticas cotidianas e arranjos institucionais que criam geografias de raça, violência e pobreza” (Alves, 2011, pg. 114).

Desde o início da formação das periferias a raça irá exercer um papel central no perfil das pessoas que irão residir nessas localidades, determinando assim com que essas pessoas que residam nessas localidades estejam mais expostas a violências.

Finalmente, a interseccional do espaço (urbanidade, classe e raça) pode oferecer um instrumento teórico importante para análises empreendidas pelas ciências geográficas em particular - e as ciências sociais em geral - sobre a espacialização da pobreza e da violência no Brasil (Alves, 2011, pg. 110)

Alves (2011) Destaca que a forma como o espaço urbano é vivido, imaginado e percebido no contexto da violência letal é diretamente influenciado pelos conceitos de raça, gênero, idade e classe.

Ao pensarmos esses espaços periféricos como uma construção socialmente

elaborada e pautada na discriminação entre ‘raças’ distintas, fazendo com que essas regiões sejam majoritariamente ocupadas por negros, podemos compreender a ação do Estado nessas regiões, e em seguida entender o conceito de necropolítica deselvovido pelo camaronês Mbembe. O racismo nessas localidades também irá desempenhar um papel central, pois vai definir quais vidas possuem ou não alguma validade.

Portanto, Mbembe(2018) vai realizar uma expansão do conceito de biopoder, elaborado inicialmente por Foucault. Mbembe vai além e analisa a forma como esse poder do Estado é exercido de maneira extrema, em seu livro titulado como “Necropolítica” ele analisa regimes coloniais, guerras e sistemas racistas para mostrar como esse exercício desse poder de uma forma extrema pode definir quem vive e quem deve morrer, e até mesmo a capacidade de transformar territórios inteiros em zonas de morte.

(...) A expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação da manifestação de poder. (Mbembe, 2018. s.p)

Para Mbembe (2018) necropolítica vai consistir no poder para decidir sobre a morte, não apenas de uma forma direta, mas também de forma na qual esse exercício do poder pode criar condições para que a reprodução da vida em determinadas localidades sejam precárias onde a própria sobrevivência se torna algo difícil. Diante do exposto, podemos afirmar que o autor realiza uma crítica radical ao modo como certos corpos são desumanizados e descartados pelo poder. A partir do conceito elaborado por Mbembe é possível compreender como o Estado brasileiro exerce um poder seletivo sobre a vida e a morte da população, especialmente da população negra periférica.

Para confirmação de tais fatos, iremos analisar o crescimento da violência em determinadas localidades do país, e como a população negra é mais afetada, seja pela violência estatal ou outro tipo de violência. Ao analisarmos as taxas de homicídios, notamos que em algumas regiões houve uma diminuição, em contrapartida, outros elementos como mortes violentas por causas não identificadas e o número de desaparecidos subiram, ou seja, provavelmente o número de homicídios se encontram subnotificados. Em regiões como o Norte e Nordeste do país houve um aumento considerado nos homicídios, principalmente de jovens

negros.

Como falamos anteriormente o número de mortos pode variar devido a região ou localidade na qual a pessoa se encontra. Isso se comprova quando analisamos o número de vítimas de homicídios intencionais por 100 mil habitantes.

TABELA -1 Número de vítimas de homicídios intencionais por região 2022

Variável - Número de vítimas de homicídios intencionais por 100 mil habitantes (Pessoas)		
Brasil e Grande Região	Ano	
	2002	2021
Brasil	27,85	21,37
Norte	21,22	33,98
Nordeste	21,85	35,12
Sudeste	36,18	12,11
Sul	18,07	15,27
Centro-Oeste	29,30	20,50

Ministério da saúde.SVS/DANTPS/CGIAE- Sistema de informação sobre mortalidade (SIM). Instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE), disponibilizado no Datasus.População RIPS/IBGE.

No gráfico anterior mostra notamos que em algumas regiões do Brasil a taxa de homicídios diminuiu com o passar do anos, tomamos como exemplo os anos de 2002 e 2021. Porém antes de concluirmos que houve um declínio da violência nessas regiões, vamos buscar por outros dados que possam ter contribuído diretamente para essa queda, como a subnotificação, o número de pessoas desaparecidas e as mortes violentas por causas indeterminadas.

A exemplo temos a região Sudeste, que se ao analisarmos a taxa de homicídio de 2002 e 2021 tem uma queda considerável, mas as variáveis contribuíram de forma mais direta para essa queda do que a própria diminuição da da violência.

Será analisada com mais detalhes a questão dos altos índices de registros de óbitos como MVCI. Ressalta-se que não é um problema generalizado no país, mas afeta sobremaneira a qualidade dos dados em alguns estados, principalmente no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Ceará e na Bahia. Apenas para exemplificar, é possível citar a situação dramática do Rio de Janeiro, em que a taxa de homicídios diminui 45,3% em 2019, ao passo que

a taxa de MVCI aumentou 237% no mesmo ano. No Rio de Janeiro, em 2019, 34,2% do total de mortes violentas foram classificadas como MVCI (Cerqueira et al., 2021, p.13).

As mortes violentas por causas indeterminadas (MVCI) não entram na estatística de homicídios, justamente por serem classificadas como causas indeterminadas, então à medida que esse número cresce, o número de homicídios tende a cair consideravelmente.

Um crescimento brusco das mortes por causa indeterminada decorrentes de lesão provocada por violência é bastante preocupante e indica perda de acurácia das informações do sistema de saúde. Este fato, além de revelar a piora na qualidade dos dados sobre mortes violentas no país, permite também levar a análises distorcidas, na medida que pode indicar subnotificação de homicídios. O estudo produzido por Cerqueira (2013) estimou que, em média, 73,9% das mortes por causas indeterminadas registradas no Brasil entre 1996 e 2010 eram na verdade homicídios ocultos. (Cerqueira et al., 2021, p.20).

Portanto, o crescimento da MVCI dificulta realizarmos uma análise concreta do crescimento da violência no Brasil, uma vez que isso irá impactar diretamente na taxa de homicídios, reduzindo assim a precisão ao analisarmos os números e porcentagens por região.

Outro aspecto importante de notarmos é o crescimento do número de pessoas desaparecidas, obviamente, não podemos afirmar que essas pessoas foram mortas, porém devemos analisar com certa cautela esse número, principalmente em áreas na qual observamos uma queda na taxa de homicídios.

De acordo com dados fornecidos pelo fórum brasileiro de segurança pública (2023) no Brasil, entre os anos de 2019 e 2021 foram registrados mais de 200 mil casos de desaparecimentos. Ao analisarmos a região Sudeste notamos um elevado número de desaparecidos, principalmente no Estado de São Paulo, Estado esse que em 2023 liderava o ranking de homicídios ocultos.³

Diante do exposto, nota-se que na proporção que a taxa de homicídios decresceu na região sudeste, o número de desaparecimentos aumentou consideravelmente, assim como o número de mortes violentas por causa indeterminadas cresceu, e como já dito, esse número não engloba a taxa de homicídios, devido a não certeza da origem dessas mortes.

Para se ter uma noção, na região sudeste entre os anos de 2019 a 2021 foram registradas um total de 101.241 pessoas. O maior número de desaparecidos

³ Os homicídios ocultos são mortes intencionais causadas por violências, porém não são registradas como tal.

foi registrado no Estado de São Paulo, Estado esse que lidera o ranking de mortes ocultas ⁴.

Portanto, podemos observar que em um período de três anos mais de 100 mil pessoas desapareceram na região Sudeste. Com grande destaque no Estado de São Paulo, que foi responsável direto por mais de 50% dos de crescimentos na região sudeste. Coincidentemente ou não é a região com maior número de homicídios ocultos⁵.

É importante analisarmos esses números para que seja possível compreendermos que apesar de não existir uma guerra civil declarada no Brasil, os números de mortes se assemelham a esses conflitos, isso quando não são superiores. Ao analisarmos dados disponibilizados pelo Ipea, no Atlas da violência do ano de 2025, observamos que entre os anos de 2013 a 2023, ocorreram no Brasil aproximadamente cerca de 598.403 mil homicídios. Isso sem contar os homicídios ocultos, se levarmos em consideração que o número de homicídios no Brasil neste período se aproxima de 650 mil.

Cabe também analisar a etnia dessas pessoas que são vítimas de homicídio no Brasil.

Os ecos da escravidão ainda retumbam impacavelmente no quadro brasileiro de homicídios: em 2002, foram assassinados 46% mais negros que brancos, em 2008, essa proporção saltou para 103%, isto é, para cada três mortes no Brasil, dois eram negros. Na Paraíba são mortos 1.083% mais negros do que brancos; em Alagoas, essa proporção é de 974% e, na Bahia 439,8%. Até mesmo os suicídios ecoam a escravidão na medida em que, entre os negros, tiveram um aumento de 51,3% e, entre os brancos 8,6%. (Brito, et al, 2013, p.216).

A quantidade de mortos é impactada diretamente pelo aumento do número de PM, Menegat afirma que:

A constituição histórica deste cotidiano, com fortes tonalidades paranoicas, pode ser acompanhado por meio dos esforços de aumento e presentificação das polícias militares no espaço urbano. Ainda em 1980, por exemplo, a PM do RJ tinha um contingente de cerca de 23 mil soldados e pretendia estar presente em cada canto da cidade. Em 2010, este contingente atingiu os 60 mil, ou seja, quase triplicou em 30 anos, enquanto a população cresceu num ritmo bem mais modesto (Menegat, 2019, p.10).

⁴ Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/05/12/sp-tem-a-maior-taxe-de-homicidios-ocultos-do-brasil-aponta-atlas-da-violencia.ghtml> Acesso em: 01/08/2025

⁵ Disponível em:

<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/91de3f95-67de-410a-9fb7-ce0227d248cb/content> Acesso em: 01/08/2025

Não coincidentemente, a região que apresentou números mais elevados na taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes em 2002 foi a região sudeste, na qual o Rio de Janeiro faz parte. Menegat (2021) salienta que o crescimento da polícia mostra uma política de extermínio realizada pela guerra contra o crime, destacando que a presença dessa violência sobre a vida dos jovens e adultos negros que esteve na raiz da virada da violência na ditadura.

O Rio de Janeiro, cuja polícia é a que mais mata e morre no mundo, sempre teve participação abundante no morticínio brasileiro. A cidade e a região metropolitana do Rio de Janeiro computaram 62,2% de homicídios por 100 mil habitantes em 1990, 70,6% em 1995 e 56,7% em 2000. (Brito, et al 2013,p. 217)

De fato no Brasil assim como em toda América Latina, a maioria de instituições que integram o sistema estatal de controle policial e judicial não passaram por transições efetivas desde as ditaduras, o que deságua na naturalização do uso da força sem qualquer vinculação aos marcos legais e parâmetros internacionais, agora sob a justificativa do enfrentamento da violência e da criminalidade (CIDH,2009,P.9, apud Casseres e Pires,2017)

A exemplo temos a situação da Polícia do Rio de Janeiro, que de acordo com a matéria “o bom policial tem medo” (2016) A polícia do Rio de Janeiro matou mais de 8000 mil pessoas na última década, cerca de um quinto dos homicídios registrados na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2015 foi cometido por policiais, onde tres quartos do mortos pela polícia eram negros. Para termos uma dimensão melhor da violência promovida pela PM, em 2015 para cada policial morto em serviço tivemos 24.8 mortes provocadas por policiais.

Outra região na qual a ação policial mostra alta letalidade é Norte do país, mais especificamente em Salvador. Conforme o relatório produzido pela Unicef (2025) cerca de 20% do total de ocorrências de homicídios em salvador são mortes decorrentes de intervenções policiais e 92,74% das pessoas assassinadas eram negras.

Assim, considerando que a população soteropolitana é formada por 83,2% de pessoas negras (“pardas – 49,1%” e “pretas – 34,1%”²³), observa-se que mesmo negros sendo maioria, o grupo composto por crianças, adolescentes e jovens negros, fica super-representado, isto é, tem mortalidade acima da proporção da população geral. (2025,p.22)

Para termos uma noção da intensificação do número de mortes no Brasil (Brito *et al* 2013) analisa o número de homicídios registrados no Brasil durante os anos de 1980 e 2010, segundo ele o Brasil registrou 1.091.125 mortes por homicídios. O período observado pelo autor é de aproximadamente 30 anos, o

período que analisamos é de 11 anos, e já registrou mais da metade de mortes por homicídio. Ou seja, está em curso desde a década de 1980 uma política de extermínio dessa população excedente.

Uma das formas na qual essa crise se manifesta é no aumento do número de mortos, em uma tentativa de eliminar os supérfluos através de uma política ou ações genocidas. Cabe a nós analisarmos quem são as pessoas mais afetadas por essa política de extermínio.

Como mostrado no capítulo anterior, os homicídios se concentram em determinadas localidades, em sua maioria, áreas periféricas, onde a maioria dos moradores são negros. Então, consequentemente, essa população vai ser mais atingida por esses conflitos.

Primeiramente, vamos ao número total de negros que foram vítimas de homicídio no Brasil, para isso, iremos recorrer aos dados disponibilizados pelo Ipea no atlas da violência de 2025.

Durante o período analisado por (Cerqueira et al., 2025) que foi o período de 2013 a 2023, ao todo foram notificados aproximadamente 441.900 homicídios de pessoas negras, em contrapartida o número de vítimas não negras foi de aproximadamente 137.440 mil pessoas. O autor vai analisar também que nos últimos anos houve uma queda no número de homicídios, porém essa queda se concentra mais na população não negra.

Neste sentido, o Atlas da Violência 2025 atualiza o cenário ao apresentar, por meio da análise das taxas de homicídios de pessoas negras e não negras entre os anos de 2013 e 2023, um retrato da persistente desigualdade racial na violência letal no Brasil. Embora os dados apontem para uma redução geral dos homicídios no país, essa tendência não se distribui de forma equânime entre os grupos de pessoas negras e não negras. (Cerqueira et al., 2025,p.73)

Portanto,conclui-se que mesmo com a baixa no número de homicídios geral, isso não impactou tanto na condição de vida das pessoas negras, uma vez que a baixa se concentra de forma majoritária no homicídio de pessoas não negras.”Ou seja, apesar dos avanços na diminuição geral dos homicídios, a desigualdade racial associada à violência letal não apenas persiste,como se intensifica.”(Cerqueira et al., 2025,p.73)

Menegat aponta a alta no número de homicídios, consequentemente aumento da violência policial e o encarceramento em massa como uma das consequências da crise estrutural, sendo assim, podemos entender essa política genocida como

uma tentativa de controlar o aumento das pessoas que são consideradas supérfluas. Conforme Menegat:

O primeiro deles é o número de homicídios no Brasil: em 1979 andava na marca de 11.194 mortes ao ano, já em 1998 chegava a 41.138 e atingia a média de 27 mortes por 100 mil/ha . O segundo é o encarceramento em massa; em 1990 o número de presos era de 90 mil, chegando a meio milhão duas décadas depois. A relação entre o encarceramento e o mercado de trabalho foi assinalada inúmeras vezes. Neste caso, a crise pode e deve ser lida a partir de seus efeitos (Menegat, 2019,p.11).

Portanto, a partir do exposto acima podemos afirmar que as pessoas negras residentes de regiões periféricas vivem em um constante estado de exceção.

O estado de exceção não é uma ditadura (constitucional ou inconstitucional, comissaria ou soberana), mas um espaço vazio de direito, uma zona de anomia em que todas as determinações jurídicas e, antes de tudo, a própria distinção entre público e privado estão desativadas (Agamben,2004,p.78).

O estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal.Por outro lado, se a exceção é o dispositivo original graças ao qual o direito se refere à vida e a inclui em si por meio de sua própria suspensão, uma teoria de estado de exceção, é então, condição preliminar para se definir a relação que liga e, ao mesmo tempo abandona o vivente ao direito (Agamben,2004,p. 12).

Os decretos que autorizam as operações violentas nas comunidades, a própria guerra às drogas que será desenvolvida posteriormente neste trabalho, permite que ocorram diversas operações nas comunidades aumentando de forma considerável o número de pessoas mortas em conflitos, e quase sempre o culpado saem impune, pois estão ali para promover “paz” ou acabar com a guerra. E as pessoas que saem mortas desses conflitos pouco importa para a lógica de reprodução do capital, pois como visto anteriormente, são os supérfluos, em sua maioria negros. Então, essas operações policiais são estrategicamente escolhidas, uma vez que os conflitos armados acontecem com mais frequência apenas em regiões pauperizadas, como as periferias.

Diante do exposto podemos afirmar que o biopoder aliado a necropolítica faz com que a população de regiões tidas como periféricas vivam em um constante estado de exceção. Indiscutivelmente esse processo é indispensável para a reprodução do modo de produção capitalista, que precisa dispensar sua camada supérflua que é cada vez maior.

Esse biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo,que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um

ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos (Foucault, 2019,pg.151-152)

3.1- PERDA DO MONOPÓLIO DO USO DA VIOLÊNCIA POR PARTE DO ESTADO

Max Weber define que o uso exclusivo da força/violência se configura como um dos elementos fundamentais da soberania estatal. O autor titula esse fenômeno como o “monopólio legítimo da violência”. Ele analisa esse aspecto durante o processo de consolidação dos Estados modernos. O que podemos observar hoje é que o Estado perdeu esse monopólio do uso da violência.

Para isso, precisamos compreender o contexto brasileiro, que é marcado por um profundo processo de desigualdade e abandono estatal em áreas denominadas como periféricas, com isso, é natural que o processo de violência aumente em determinadas regiões dos espaços urbanos.

A crise da soberania do Estado na grande maioria das favelas cariocas deriva da sua incapacidade de atender de forma republicana, aos interesses do conjunto da população, independentemente de suas condições sociais e econômicas. Nesse processo privatiza-se a própria soberania e a capacidade de regular o conjunto das relações sociais, em especial nos grandes centros urbanos, passa a ser afirmada por grupos criminosos com características específicas. (Casseres,Pires, 2017,pg.1457)

Porém nos últimos anos o que se evidencia é um crescente enfraquecimento desse monopólio por parte do Estado, pois é possível observar um crescimento considerável de outros grupos que exercem esse papel, como; Facções, milícias e até empresas privadas de segurança.

Essa perda do monopólio pode ser observada através do atual fortalecimento de outros grupos armados, tais como as facções e as milícias. A exemplo temos a situação do Estado do Rio de Janeiro, onde a milícia cresceu cerca de 387% entre 2006 e 2021. O Comando Vermelho (CV) também cresceu nesse período, porém um crescimento muito inferior ao da milícia, que, de acordo com a reportagem do Uol, o crescimento foi de 58,8%. Diante do exposto, nota-se que a perda do monopólio da violência evidencia um processo de desagregação social, que é um dos impactos da crise estrutural. Então, a partir desse fenômeno torna-se natural que grupos paralelos ao Estado assumam um maior protagonismo em algumas esferas da sociedade.

O entendimento de que pessoas são ou podem ser descartáveis em prol da maximização dos lucros, redimensiona as condições para o exercício da violência, tendo como uma de suas consequências a ampliação das possibilidades de aumento do crime organizado. (Resende,2023,p.29)

Porque a milícia cresceu tanto? E qual a relação que a mesma possui com a polícia militar? Como já mostrado anteriormente neste trabalho, a Polícia Militar do Rio de Janeiro teve um grande aumento no seu contingente de pessoas. É importante contextualizarmos esse aumento para que em seguida possamos compreender a relação que a milícia possui com a polícia. De acordo com Bruno Cavalcanti (2016) as milícias nasceram dentro dos setores de segurança pública, e todos os grupos investigados em 2008 eram chefiados por algum membro da segurança pública do Rio.

É quase digno de manual o modo como também neste aspecto a modernidade volta ao seu passado longínquo: o aparelho de violência da soberania dos Estado-nações vai-se dissolvendo, passo a passo, em exércitos privados de mercenários, como aqueles que são propostos pelos “prestadores de serviços militares”. Esta dissolução sistemática do monopólio da violência, promovida a partir de cima, ainda é mais importante do que sua congênere espontânea (Kurz,2003,p.203)

Hirata (2022) cita a crise econômica vivenciada pelo Estado do Rio de Janeiro e as disputas no crime organizado em âmbito nacional favorecem em paralelo o crescimento de grupos paramilitares. Ainda conforme Hirata, afirma que 90% da expansão territorial dos grupos paramilitares se deu em localidades que não eram dominadas por nenhuma outra facção ou grupos armados. O que chamou atenção foi o fato de milicianos migrarem sua atenção das favelas para os asfaltos, antes cerca de 80% dos territórios sob seu domínio eram favelas, em 2022 apenas 20% dos territórios eram favelas, sendo os outros 80% fora de comunidades.

Hirata (2022) explica esse fenômeno pelo fato da repressão policial ser mais violenta contra o tráfico de drogas, afirmando que a forma como a milícia exerce seu controle territorial é menos ostensiva que a do tráfico.

Segundo Wilson Aquino (2016) no ano de 2016 tinham aproximadamente 1 milhão de armas em circulação no Rio de Janeiro, desse total, cerca de 160 mil não estavam sob domínio do Estado, ou seja, o Estado já não tem controle total sobre os poderes bélicos presente no Estado do Rio, sendo assim, não exerce também o monopólio do uso da violência.

Esta nova era é o da mobilidade global. Uma de suas principais características é que as operações militares e o exercício do direito de

matar já não constituem o monopólio exclusivo dos Estados, e o “exército regular” já não é o único meio de executar essas funções (Mbembe, 2018, s.p)

As armas de fogo estão diretamente ligadas ao aumento da violência que o Brasil vive nos últimos anos. Outro fator que pode elevar o número de homicídios é a briga entre facções rivais por território ou rotas de transportes de mercadorias.

(...) Embora as políticas públicas de segurança tenham papel relevante na redução dos homicídios, outro fator que tem influenciado variações nas taxas de violência letal diz respeito às dinâmicas entre organizações criminosas. Conflitos e tréguas entre facções podem desencadear aumentos ou quedas abruptas nos índices de violência. Além disso, a consolidação de monopólios territoriais por grupos criminosos, como o PCC em São Paulo ou o Comando Vermelho em diversos estados (...) (Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2025, p.28).

Essa perda do monopólio da violência por parte do Estado não o isenta do número de homicídios causados por intervenção policial, é importante compreender que a taxa de homicídios varia de acordo com a região do país.⁶ Sendo assim, é possível observar que alguns elementos irão contribuir para a taxa de homicídios em cada região, sendo os principais a guerra de facções e o número de intervenção policial, por mais que o Estado tenha perdido esse monopólio exclusivo da violência, as ações policiais e o elevado número decorrentes dessas intervenções não nos deixa esquecer que ele ainda exerce essa violência, principalmente em regiões ocupadas predominantemente por pessoas negras.

Na medida em que em determinadas regiões tenham quedas consideráveis na taxa de homicídios causadas por policiais, migrando do grupo 2 para o grupo 1, outras regiões registram aumento considerável. A exemplo temos a região de São Paulo, onde de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2025) entre os anos de 2023 e 2024 ocorreu um aumento de 61% na taxa de vítimas decorrentes de intervenções policiais.

Embora o número de homicídios se diferencia conforme a conjuntura do país, ainda é possível notar um elevado número de pessoas que são mortas por policiais. Ainda que apresente uma queda na taxa geral dos homicídios, a letalidade provocada pela polícia ainda é alta.

Em suma, observa-se que, embora o país esteja diante da redução dos homicídios e latrocínios, a letalidade provocada por agentes do Estado

⁶ O fórum Brasileiro de segurança pública distingue as regiões por taxa de homicídios causadas por policiais da seguinte maneira, primeiro grupo com menos de 10%, segundo grupo com 10,1% até 20% e o terceiro grupo com mais de 20,1%

permanece elevada em várias polícias do país, à esquerda ou à direita do espectro político. Essa dificuldade no controle do uso da força letal no bojo das corporações policiais está, em certa medida, relacionada a culturas organizacionais há muito arraigadas nos padrões operacionais, mas é, em última instância, uma decisão política e institucional das lideranças políticas(...) (Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2025,p.32).

O fato é que a polícia possui o padrão no que diz respeito a homicídios. Maior parte da vítimas decorrentes das ações policiais são homens em sua maioria negros, que impulsionado pela logica racista predominante na sociedade capitalista tornam com que essas mortes sejam vistas como algo natural. Para compreendermos melhor esses números de acordo com o fórum brasileiro de segurança pública (2025,p.35) cerca de 82% das vítimas de decorrência de intervenção policial foram pessoas negras, em contrapartida o número de pessoas brancas foi apenas 17,6%.

Portanto, ainda que haja uma redução no número de homicídios em todo o país, é importante salientar que essa queda ocorre na população branca. Posto isso, se torna possível estabelecer um perfil majoritário que sofrem com essas repressão/mortes causadas pelo Estado, onde em sua maioria são jovens, negros e moradores de periferia, esse publico segue sendo o mais afetado pela brutalidade do Estado. “O desafio que se impõe, portanto, é sustentar a tendência de queda das mortes violentas intencionais, rompendo com a lógica de “violência seletiva” que ainda marca a segurança pública brasileira” (FBSP, 2025,p.38).

3.2 GUERRA ÀS DROGAS: UMA POLÍTICA DE GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA

A guerra às drogas é impulsionada pela lógica proibicionista como aponta Borges (2016) teve seu início nos Estados Unidos da América (EUA) que em uma aplicada atuação governamental deste passou a ser aplicado internacionalmente. Sendo assim, os EUA pode ser considerado a fonte do proibicionismo.

É de suma importância compreendermos o início desse processo, e refletirmos a partir do contexto no qual é criada essa política proibicionista, para que assim possamos compreender quais seus rebatimentos na sociedade atual.

Desde o seu processo de consolidação o proibicionismo foi pautado nas discriminações, associando o uso de drogas, que se tornaram ilícitas as minorias de cada região.

A aversão à determinadas drogas nos EUA, difundido pelo movimento proibicionista já citado, tradicionalmente foi acompanhado pela xenofobia e preconceito racial contra determinados grupos sociais. Os chineses foram associados ao ópio, mexicanos à maconha, negros à cocaína, irlandeses ao álcool. De um lado, se reprovava a própria presença desses grupos nos EUA pois disputavam o mercado de trabalho com o estadunidense branco como, de outro lado, se reprovava suas culturas e hábitos que ameaçavam os valores sociais desse EUA anglo-saxão e protestante (Borges, 2016, p.14)

Portanto, para legitimar a efetivação da política proibicionista em relação ao uso de drogas ilícitas, essas foram associadas às minorias raciais residentes nos EUA. “A associação dessas minorias raciais à substâncias a serem controladas e proibidas criava um contexto legalmente justificável para que tais grupos fossem assediados pelo aparato repressor do Estado” (Borges, 2016, p.14).

Para fins desse estudo é importante compreender esses elementos que possibilitaram a criação de leis proibicionista, o foco do presente trabalho não se estende no debate sobre drogas, mas sim como através da criação desta lei, inicialmente no Estado Unidos da América, e subsequente em outros países influenciados pela pressão do governo estadunidense, que justificou a importância da internacionalização desta lei se colocando como uma vítima do narcotráfico.

Desde então, o discurso da geopolítica das drogas propagado externalizou a fonte dos problemas para fora dos EUA na divisão dos países entre produtores e consumidores de drogas, nos quais países norte-americanos e europeus seriam vistos como consumidores, e países latino-americanos e orientais seriam vistos como produtores. Nesta lógica, países como os EUA seriam espécies de vítimas da distribuição das drogas dos países produtores, havendo um pretexto para que se defendam disso, sendo uma questão de segurança nacional. (Rodrigues, 2012, p. 16-7 apud, Borges, 2016, p.16)

Borges (2016) mostra a influência norte-americana nesse processo, porém destaca que isso era um interesse das elites latino-americanas, pois através dessa política proibicionista seria possível reprimir determinados grupos subalternos no país.

Contudo, esse aspecto de influência imperialista estadunidense não pode ser compreendido de forma simplista, como se os países da América Latina mecanicamente se submetessem aos interesses dos estadunidenses. Em vez disso, é mais coerente perceber uma simbiose de interesses entre as elites dos EUA e elites latino-americanas em colocar em movimento as engrenagens bélicas do proibicionismo para reprimir seletivamente grupos subalternos em seus países. (Borges, 2016, p.17)

Para fins deste trabalho o principal ponto a ser analisado é esse, com isso, iremos analisar como a política proibicionista irá impactar a vida dos grupos

subalternos. É sabido que os grupos denominados como subalternos no Brasil se encontram em maior parte da periferias, onde o número de operações policiais são mais frequentes, e consequentemente o número de mortes maior. Outro ponto importante a se destacar é como com a criação dessa política e posteriormente com a criação da lei de drogas, promulgada em 2006 pelo até então presidente Luiz Inácio (PT) como a população carcerária irá crescer a partir dessa lei, população essa que é composta majoritariamente por pessoas negras e pobres.

Em 2006 a lei 11.343, conhecida como lei de drogas, foi promulgada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Brasil, substituindo a antiga lei de tóxicos de 1976. A lei de drogas diferenciou usuário de traficante, adotando penas alternativas aos primeiros, contudo não especificou quantidades de posse de drogas para discernir o que é considerado tráfico de uso, criando assim, uma brecha na atuação da segurança pública, aumentando a seletividade penal, a qual encarcera e mata jovens pretos e pobres no Brasil (Messias, 2023, p.49)

Messias (2023) ressalta que a criação desta lei incidirá diretamente sobre a vida das pessoas negras, uma vez que é nas periferias que acontecem às denominadas operações policiais, ainda destaca que é nas favelas que ocorrem as mortes, tiroteios, mesmo que a produção não se concentre nessas localidades.

Em 2010, por sua vez, foi editado a Lei Complementar 97, que concedeu poder de polícia às Forças Armadas e regulamentou seu emprego na "manutenção da lei e ordem" no território doméstico em operações temporárias. Essa lei foi implementada pelo governo Lula três meses antes da Operação Arcanjo: a ocupação militar das favelas cariocas do Complexo do Alemão, integrando a Polícia Militar, Civil, Federal, Rodoviária Federal e as Forças Armadas que precedia a implementação das UPPs (Rodrigues, 2012, p. 30-3, apud, Borges, 2016, p.32)

Aqui podemos observar nitidamente a materialização do estado de exceção, trabalhado anteriormente. Borges (2016) destaca que as favelas “beneficiadas” pela implantação das UPPs são localizadas estrategicamente perto de áreas nobres ou de maior visibilidade para turistas.

Os/as negros/as que predominantemente convivem com uma das mais graves expressões da questão social que é a pobreza, são aqueles/as que mais enfrentam essa crueldade, derivada de aspectos racistas que quase se assemelham ao um frenesi por quem a executa e que reflete um modelo de sociedade racista, altamente masoquista para com o/a negro/a. Mas a pobreza não é a única expressão da questão social que esgota as determinações da criminalização, pois os/as negros/as residentes em periferias, pobres, informalizados ou desempregados/as não são criminalizados/as apenas por serem pobres, desocupados/as, informalizados/as ou periféricos/as, mas predominantemente por serem negros/as. (Eufrásio, 2023, pg.126-127)

Messias (2023) relata que em um país racista a legislação da lei de drogas será utilizada para o extermínio da população negra periférica, ou para o encarceramento em massa dessa população.

[...] o Estado tem na Lei de drogas a justificativa para matar e encarcerar jovens negros, e como Foucault explicita, o Estado também utiliza dessa legislação para manter a relação positiva com a morte desses jovens, constituindo a naturalização do extermínio do povo negro, uma vez que a letalidade juvenil é vista como uma política de Estado que traz segurança a uma parcela da população. (Messias,2023,p.56).

Essas mortes são naturalizadas pelo racismo vigente na sociedade, e pelo discurso utilizado pela polícia de que essas mortes aconteceram diante de um suposto confronto policial, onde o morto é suspeito. Com isso, a pessoa morta se torna um potencial bandido para sociedade, onde sua morte se torna justificável. Conforme Martins (2014)

E referindo-se ao contexto medieval, o autor menciona também a existência do bando, bandido morto-vivo como figura que representaria as mesmas características, no que se refere à vida nua do homo sacer (Agamben,2007,p.11,apud, Martins, 2014,p.132)

Como visto anteriormente, a vida nua do homo sacer tem como característica principal a ausência de direitos, uma vida desprovida de proteção, sendo assim, uma vida que pode ser matada. “Posto isto, este lobo-homem é banido, bandido, pois não está mais em uma situação de normalidade perante todos os outros indivíduos que compõem a sociedade” (Martins, 2014,p.132).

Outro aspecto importante de se notar nessa dita guerra às drogas é o crescimento da população carcerária, aumento esse que se concentrou em pessoas negras.

De acordo com dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN em 2005, ano anterior a promulgação da lei, 14% dos presos,haviam sido condenados por crimes relacionados ao tráfico, já em 2019, 14 anos após a criação da lei, o crime representa 27% das pessoas encarceradas. sendo que essa maioria é negra e 62% tem idade entre 18 e 34 anos (Messias,2023,p.50).

É fato que a lei de drogas aumenta consideravelmente o número de pessoas encarceradas, principalmente jovens negros de regiões periféricas. Sendo assim, se torna possível compreender a relação que o sistema de justiça criminal possui com o racismo na tentativa de manter a hierarquização social. A maior parte das pessoas

que se encontram privadas da liberdade são negras, assim como a maior parte das pessoas que foram presas injustamente.⁷

O sistema de justiça criminal tem profunda conexão com o racismo, sendo o funcionamento de suas engrenagens mais do que perpassados por essa estrutura de opressão, mas o aparato reordenado para garantir a manutenção do racismo e, portanto, das desigualdades baseadas na hierarquização das desigualdades (Borges,2019,p.21)

Sendo assim, podemos analisar a política de guerra às drogas como uma tentativa do Estado de promover um genocídio da população negra ou aumentar consideravelmente o encarceramento dessa população, utilizando assim o racismo como um aparelho ideológico de sustentação para desvalorizar essas vidas. É importante compreendermos essa população enquanto pessoas supérfluas em relação ao modo de produção capitalista, ou seja, que não possuem mais utilidades nem mesmo para compor o exército industrial de reservas.

O fato é que ocorre uma criminalização seletiva, onde determinado perfil é associado a um infrator ou alguém que pode ser punido, a grande mídia exerce um papel central na reprodução dessas relações, atuando como um instrumento capaz de produzir e reproduzir estereótipos e manipular a consciência dos indivíduos (Buozi,2018,p. 542).

Para melhor observar o papel que a grande mídia exerce sobre a criação do perfil do criminoso é só observar a forma como é relatada algumas prisões, Buozi (2018) observa duas reportagens de um dos principais portais de notícias (Portal G1) onde a primeira relata a apreensão de 10kg de maconha em um bairro periférico, o jovem que estava sendo preso foi referido na reportagem como traficante, em contrapartida em uma outra reportagem ocorreu uma apreensão de 300 kg de maconha em uma área nobre do rio e a pessoa que foi presa foi referida na reportagem enquanto jovem.⁸

Nota-se desta forma, como é construída a imagem do “criminoso” a partir da população pobre e periférica, sobretudo negra. Tal estereótipo é reforçado constantemente pelos meios de comunicação cujos interesses visam à reprodução do capital como potencial ameaça a manutenção da segurança pública, gerando na sociedade ondas de medo. (Buozi,2018,p.543)

Diante do exposto, é possível observar a forma como a mídia exerce um papel central no processo de criminalização seletiva de jovens negros de região

⁷ Negros representam cerca de 60% das pessoas privadas de liberdade injustamente. Para mais informações acesse: <https://rollingstone.com.br/noticia/negros-representam-60-dos-presos-injustamente-no-brasil/>

⁸ Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/03/g1-ve-diferencas-entre-apanhados-com-drogas.html>

periférica. “A perversidade contida nos discursos punitivos e criminalizantes, encontrados na grande mídia e nas redes sociais, revela o seu recorte classista e racial e divide a sociedade entre ‘cidadãos de bem’ e bandidos” (Buozi, 2018, p. 542).

Portanto, percebe-se que mediante o aprofundamento da crise estrutural do capital e aumento do número de supérfluos, irão surgir políticas genocidas que se apropriam do racismo enquanto algo presente na sociedade para legitimar o extermínio de determinada parcela da população que já não tem nenhuma funcionalidade para o modo de produção capitalista, em termos de produção, essas pessoas se encontram para além do exército industrial de reserva. Sendo assim, essas pessoas se configuram como uma população sacer⁹ e sua sobrevivência é reduzida a uma vida nua. “Desta forma, podemos analisar como a guerra às drogas atua como um instrumento de dominação social, em um cenário de alta letalidade policial e encarceramento em massa” (Borges, 2016, p. 52).

Diante do exposto, se torna possível observar a maneira como a lógica proibicionista desde seu início associa as drogas ilícitas às minorias raciais, que impulsionadas pelo racismo vigente nas sociedades se tornam alvo de uma política que visa encarceramento e execução dessas pessoas, como uma forma de conter o aumento da população supérflua, que não possui mais nenhuma utilidade para o sistema de produção capitalista. Um bom exemplo disso foi a LEI Nº 11.343, conhecida como lei de drogas que apresenta algumas brechas no que pode ser enquadrado como traficante e como usuário¹⁰. Isso se torna possível observar ao analisarmos a população carcerária dos anos anteriores e compará-las aos dias atuais. De acordo com dados do SENAPPEN no ano de 2014 havia cerca de 147.475 pessoas encarceradas enquadradas na lei de drogas, já no ano de 2022 havia cerca de 201.829 pessoas encarceradas pelo mesmo crime¹¹.

Observamos que a população carcerária também cresceu, de acordo com dados do anuário Brasileiro de segurança pública (2025, p. 398) a população carcerária no Brasil no ano 2000 era de 232.755 mil pessoas, já no ano de 2024 bateu seu recorde tendo um total de 909.594 mil pessoas encarceradas “ o que

⁹ Agamben define população sacer como grupos que não possuem nenhuma proteção do Estado

¹⁰ O usuário assina apenas um termo e é liberado já o traficante fica detido.

¹¹ Disponível em:

<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-dez-2022.pdf> acesso em 29/07/2025

significa uma taxa de 427,9 presos por 100 mil habitantes, aumento de 6,3% em relação ao ano anterior (FBSP,2025,p.398).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia possui como objetivo contribuir para os estudos sobre o genocídio da população negra no Brasil. Para isso, tivemos como ponto de partida a crise estrutural do capitalismo, porque é o momento em que o capital encontra barreiras significativas para seu processo de expansão, pois o processo de globalização já se encontra no seu processo máximo. Em seguida, relacionamos a crise com a lei tendencial da queda da taxa de lucro, elaborada por Karl Marx, onde o capital tem seus lucros diminuídos devido a introdução de novas tecnologias no processo produtivo, que consequentemente irá abaixar o tempo socialmente gasto para produzir determinadas mercadorias.

A partir da introdução de novas tecnologias, ocorre uma crise no mundo do trabalho, pois ocorre uma substituição em massa do trabalho humano pelo trabalho morto. Diante disso, o número de desempregados aumentam consideravelmente, principalmente entre os negros. Mediante a essa contextualização surge uma pergunta, que norteia o trabalho como um todo que foi a de pensar a funcionalidade do racismo no modo de produção capitalista, pois quando há uma crise, seja ela cíclica ou estrutural o negro sente seus efeitos primeiro.

Mediante o questionamento de qual a funcionalidade do racismo para o MPC, analisei a forma como os negros foram inseridos na sociedade de classes a partir da introdução do trabalho livre no Brasil onde Barreto afirma que :

As trajetórias de vida das famílias de escravos e seus descendentes foram marcadas pelas injustiças, por trabalhos penosos, por castigos até a morte, pela persistência por um lugar para viver e pelo estigma da senzala e da cor, que até hoje se encontram nas entranhas da sociedade de classes. Hoje já não temos as senzalas, com suas correntes e chicotes nas mãos dos capatazes prontos para açoitar, mas, temos outro tipo de castigo: as atividades mais penosas, o preconceito e a discriminação racial, os piores lugares para se morar – as favelas, as ocupações irregulares situadas em áreas de risco ambiental. (Barreto, 2013, p.35)

A partir disso, constata-se que os negros foram inseridos de forma precária no mercado de trabalho, ocupando os piores postos de trabalho e consequentemente com uma menor remuneração. Diante de estudos realizados, observamos também que houve uma política imigrantista no período pós abolição, com isso, os imigrantes europeus vinham para o Brasil e ocupavam os melhores cargos, consequentemente os negros ficavam com os piores. “Com o fim da escravidão no Brasil, a solução

encontrada para substituição da mão de obra escrava foi a introdução do imigrante, cuja força de trabalho foi utilizada nos cafezais e nas indústrias” (Barreto, 2013,p.31)

Sendo assim, os impactos da abolição e a forma na qual os negros foram inseridos no mercado de trabalho livre são percebidos até os dias atuais. Quando observamos os postos de trabalhos é possível analisar que os brancos ainda ocupam espaços que dispõem de uma melhor remuneração e aos negros restam os trabalhos mais precarizados e informais. Então, mesmo sendo maioria no Brasil, os pretos e pardos são sub-representados em cargos de chefias, em contrapartida são sobrerrepresentados em cargos precarizados e no trabalho informal que não possui nenhum direito trabalhista.

A partir disso, surge outra indagação, qual a resposta do Estado a essas pessoas pretas e pardas que estão sendo substituídas em seus postos de trabalho por tecnologias. A partir desse questionamento surge o capítulo três, onde apontamos que a resposta dada foi o genocídio e o encarceramento em massa dessa população, que com base no racismo vigente na sociedade são completamente desumanizadas e normalizadas essas mortes. Essa normalização do número de homicídios ocorre através da criminalização da pobreza, Podemos observar isso a partir dos discursos midiáticos, que relaciona os negros de regiões periféricas ao bandido. Diante disso, podemos compreender o porquê da violência policial ser mais letal nas áreas periféricas, assim como, o público alvo dessas ações policiais. De acordo com dados disponibilizados pelo FBSP (2025) no ano de 2024 das pessoas que foram mortas pela policia 99,2% eram homens, e 82% eram pessoas negras. Diante disso, podemos observar que as ações policiais possuem um alvo majoritário definido. “Tudo indica que está em curso um genocídio que atinge principalmente a juventude, e, em especial, os jovens negros, exatamente aqueles que mais razões teriam para transformar a sociedade” (Menegat,2012,p.51).

Diante do exposto, ressalto a importância de novos estudos com maiores aprofundamentos acerca da temática. Assim como pensarmos coletivamente em formas de superar o capitalismo que é a real origem do problema.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- ADORNO, L. **Em 11 anos, mais de 135 mil mortes violentas ficaram sem solução no Brasil.** *UOL Notícias*, 12 maio 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2025/05/12/em-10-anos-mais-de-135-mil-mortes-violentas-ficaram-sem-solucao-no-brasil.htm>. Acesso em: 26 Mai. 2025.
- ALMEIDA, Silvio Luis de. *Racismo Estrutural*. 1 ed. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p.
- AGAMBEN, G. ***Estado de exceção [Stato di eccezione]***. Tradução de Iraci D. Poletti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MENEGAT, Marildo. *Estudo sobre ruínas*. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2012
- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALVES, J. A. **Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo.** *Revista do Departamento de Geografia, São Paulo*, v. 22, p. 108–134, 2011. DOI: 10.7154/RDG.2011.0022.0006.
- AQUINO, W. **O Senhor das Armas.** *Revista Isto É Independente*, 2015. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/detalhePrint.htm?idReportagem=113928&txPrint=completo>.
- BARRETO, A. C. J. **O lugar dos negros pobres na cidade: estudo na área de risco no bairro Dom Bosco.** 1 ed. Juiz de Fora: FUNALFA, 2013.
- BBC BRASIL. **De onde vêm as armas do crime em São Paulo?** *BBC News Brasil*, 13 jan. 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/01/140113_armas_crime_gl_cc. Acesso em: 8 jul. 2025.
- BORGES, S. S.. **A eficácia invertida da guerra às drogas: gestão diferencial das ilegalidades e dominações sociais.** 2016. 101 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciência Política, Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa.** São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais)
- BRASIL. **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Tabela 6606 – Taxa de vítimas de homicídios intencionais por 100 mil habitantes. 2025** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6606#resultado> Acesso em: 4 mai. 2025.
- BRITO, F; VILLAR, A; BLANK, J. **Será guerra?** In: MACHADO DA SILVA, L. A. (org.). **Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social.** 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2010. p. 215-238.

BUOZI, J. G.. **A manipulação das consciências em tempos de barbárie e a criminalização da juventude negra no Brasil**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, 2018. n. 133, p. 530-546.

CASSERES, Livia; PIRES, Thula. Necropoder no território de favelas do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO DE PESQUISAS EM CIÊNCIAS CRIMINAIS, I, 2017, São Paulo. Anais do I Congresso de Pesquisas em Ciências Criminais, de 30 de agosto a 1 de setembro de 2017, São Paulo, SP. São Paulo: IBCCRIM, 2017. p. 1428-1465.

CARRIL, L.. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania**. / Lourdes Carril,- São Paulo: Annablume: Fapesp, 2006

CERQUEIRA, D.; FERREIRA, H.; BUENO, S.; et al. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2025.

CERQUEIRA, D.; FERREIRA, H.; BUENO, S.; et al. **Atlas da Violência 2025**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2025.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, **Relatório sobre Segurança Cidadã e Direitos Humanos**, Organização dos Estados Americanos: 2009, p. 10. Disponível em: <<http://cidh.oas.org/pdf%20files/seguridad%20ciudadana%202009%20port.pdf>>, acesso em: 06/07/2025

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **As dificuldades da população negra no mercado de trabalho**. Especial 20 de novembro – Dia da Consciência Negra. São Paulo: DIEESE, 17 nov. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2025.

EUFRÁSIO, F. F. **Mortes Violentas Intencionais dos/as negros/as brasileiros/as: ensaios sobre seus determinantes**, Libertas, Juiz de Fora, v. 23, n.1, p. 122-140, jan./jun. 2023.

FOLHA DE S.PAULO. **A epidemia da guerra**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 14 abr. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1404200204.htm>. Acesso em: 4 jul. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2025. 434 p.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Mapa dos desaparecidos no Brasil** [livro eletrônico] / pesquisadores Renato Sérgio de Lima ... [et al.] – São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. 44 p.: il.

GOMEZ, A. V. **Pesadelo high-tech: a quarta revolução industrial e o fim do mundo que conhecemos.** *Libertas*, Juiz de Fora, v. 17, n. 2, jul./dez. 2017. Publicado em 15 jan. 2018. DOI: 10.34019/1980-8518.2017.v17.18524

GUERREIRO, I. de A. **O domínio territorial por grupos armados na Grande Rio: entrevista com Daniel Hirata** (GENI-UFF). *LabCidade*, 26 set. 2022. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/o-dominio-territorial-por-grupos-armados-na-grande-rio-entrevista-com-daniel-hirata-geni-uff/>. Acesso em: 9 jul. 2025.

G1. **Pragmatismo político, G1 vê diferenças entre apanhados com drogas.** 31 mar. 2015. *Pragmatismo Político*. Acesso em 13 ago. 2025. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/03/g1-ve-diferencas-entre-apanhados-com-drogas.html>

HUMAN RIGHTS WATCH. **Brasil: promessas não cumpridas — autoridades ignoram violência policial e impunidade persistente.** Human Rights Watch, 7 jul. 2016. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/report/2016/07/07/291419>. Acesso em: 2 jun. 2025.

Iamamoto, Marilda Vilela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. - 2.ed.-São Paulo, Cortez, 1999

KAYBLACK; WALL HEIN. **Intro.** Intérpretes: KayBlack; Wall Hein. [S. l.]: [s. n.], 2025. Gravação digital, duração 1 min. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/4cPo4klpzaKaZRWUjh9zhE>. Acesso em: 14 ago. 2025. Álbum: *A Cara do Enquadro*.

KURZ, R. **A guerra de ordenamento mundial: o fim da soberania e as metamorfoses do imperialismo na era da globalização.** [S.l.]: Editora Exit! / Consequência, 2002 (ou 2003, conforme edição). Na versão em português reunida em *Poder Mundial e Dinheiro Mundial* (2015)

KURZ, R. **O mito da produtividade: desenvolvimento tecnológico, racionalização e desemprego.** Tradução de José Marcos Macedo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

MARTINS, T. P. A. **A precarização da vida e o homo sacer brasileiro: o alastramento da vida nua na sociedade brasileira e a biopolítica.** *Argumenta Journal Law*, Jacarezinho, n. 19, p. 125–138, mar. 2014. DOI: 10.35356/argumenta.v0i19.381. Disponível em: <https://periodicos.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/538>. Acesso em: 26 mai. 2025.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** Livro 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, K. **O capital: Crítica da economia política: livro III: O processo global da produção capitalista 1818-1883** / Karl Marx; tradução; Rubens Enderle ; edição de Friedrich Engels - [1.ed.](#) - São Paulo: Boitempo, 2017

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. 3. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018. 80 p.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital** : rumo a uma teoria de transição. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MENEGAT, E. M.; SILVA, D. A. C. **A sobrevivência por um triz: velocidade de crescimento dos supérfluos, aumento da pobreza e 4ª revolução industrial**. In: ARBIA, A.; PEREIRA, V.; GRANJA, B. (Org.). **Atendimento à população em situação de rua: reflexões e práticas no Brasil e na Europa**. 1. ed. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2023. p. 6-196.

MENEZES, F. C. **Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo**. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 87–110, jan./jul. 2013.

MESSIAS, A. **Racismo e guerra às drogas : do encarceramento ao genocídio da juventude negra brasileira** / Alisson Messias. -- 2023. 57 p. : il.

MENEGAT, M. **Violência e Barbárie: um pequeno estudo sobre as origens remotas do bolsonarismo**. *Argumentum*, Vitória, v. 11, n. 2, p. 7–16, ago. 2019.

MENEGAT, M. **Estudos sobre ruínas**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Secretaria Nacional de Políticas Penais. Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN. 13º Ciclo – INFOPEN Nacional: Brasil – dez. 2022**. Brasília: Senappen, dez. 2022. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-dez-2022.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2025.

MOURA, C. **O Racismo como Arma Ideológica de Dominação I**. *Lutas Sociais*, v. 27, n. 50, p. 61–73, junho 2023. DOI: 10.23925/lis.v27i50.69808

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. São Paulo: USP, s.d. Disponível em: <https://www5.usp.br/wp-content/uploads/raca-racismo-identidade-etnia.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2025.

MURAL DO PARANÁ. **Milícia cresce 387% e ocupa metade do território do crime no RJ, diz estudo**. *Mural do Paraná*, 12 dez. 2024. Disponível em: <https://muraldoparana.com.br/milicia-cresce-387-e-ocupa-metade-do-territorio-do-crime-no-rj-diz-estudo/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n. 45, p. 117-131, 2005.

RESENDE, J. Q. **O racismo como gatilho do genocídio da juventude negra periférica e a construção de resistências**. 2023. 141 f. Dissertação Mestrado em Serviço Social – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023.

RIBEIRO, I. L. **De escravo a supérfluo: um estudo sobre o lugar do negro no mercado de trabalho brasileiro atual**. 2024. 103 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2024.

ROLLING STONE BRASIL, **Negros representam 60% dos presos injustamente no Brasil**. 26 maio 2021. Acesso em 13 agosto 2025. Disponível em: <https://rollingstone.com.br/noticia/negros-representam-60-dos-presos-injustamente-no-brasil/>. Acesso em: 24. jun,2025

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**/ Milton Santos - 13° Rio de Janeiro: Record,2006

SILVA, M. L. da. **População-sacer e democracia racial no Brasil**. *Sociedade & Estado*, 32(3), 2018, 593–620. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922017.3203003>

UNICEF BRASIL. **Homicídios de crianças, adolescentes e jovens em Salvador: levantamento e análise de dados indicadores:2024**. Brasília: UNICEF Brasil, 2024.

VALERIO, Raphael Guazzelli. **Sobre a biopolítica de Giorgio Agamben**: entre Foucault e Arendt. *Saberes Interdisciplinares*, v. 2, n. 3, p. 177-191, 2013.

ZHOK, A. **Por que o capitalismo precisa da guerra?** A Terra é Redonda, 9 abr. 2025. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/por-que-o-capitalismo-precisa-da-guerra>. Acesso em: 20 mai. 2025.